



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

EMANUELY FERNANDA MARQUES

**POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E A
REESTRUTURAÇÃO DE INSTITUIÇÕES ESPECIAIS NO
PARANÁ**

Londrina
2015



UNIVERSIDADE
ESTADUAL de LONDRINA

CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

MESTRADO EM EDUCAÇÃO



Londrina
2015

EMANUELY FERNANDA MARQUES

**POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E A
REESTRUTURAÇÃO DE INSTITUIÇÕES ESPECIAIS NO
PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Silvia Marcia Ferreira Meletti.

Londrina
2015

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da
Universidade Estadual de Londrina**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

M357p Marques, Emanuely Fernanda.
Política de educação especial e reestruturação de instituições especiais no
Paraná / Emanuely Fernanda Marques. – Londrina, 2015.
102 f.: il.

Orientador: Silvia Márcia Ferreira Meletti.
Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de
Londrina, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Programa de Pós-
Graduação em Educação, 2015.
Inclui bibliografia.

1. Educação especial – Financiamento – Teses. 2. Escolas especiais
para deficientes – Paraná – Teses. 3. Políticas públicas – Teses. I. Meletti,
Silvia Márcia Ferreira. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de
Educação, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em Educação.
III. Título.

CDU 376

EMANUELY FERNANDA MARQUES

**POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E A REESTRUTURAÇÃO DE
INSTITUIÇÕES ESPECIAIS NO PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para a obtenção do título de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Silvia M. Ferreira
Meletti
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof^a. Dr^a. Katia R. Moreno Caiado
Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR

Prof^a. Dr^a. Eliane C. Silva Czernisz
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 15 de junho de 2015.

Dedico

À minha família, de modo especial à minha mãe Maurinha por toda dedicação, formação, exemplo de vida e carinho que foi e é em minha vida.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Luiz Marques de Mendonça Neto e Maurinha Nunes Marques, de modo especial à minha mãe, pois sempre me incentivou e me apoiou em meus estudos com o seu companheirismo e conselhos para não desanimar pelo caminho.

Aos meus irmãos Luis Henrique e Camila e “agregados”. Em especial à minha cunhada, Luciane, por muitas vezes me ajudar em alguns sufocos, como na organização dos dados do estudo e na impressão de alguns documentos para a pesquisa.

À minha sobrinha Maria Clara que, mesmo me “atrapalhando” com seu choro e “dengo” para chamar a minha atenção e pedir meu colo durante as tardes que tinha para escrever minha pesquisa, incentivava-me com seus sorrisos e gargalhadas.

Aos professores do Programa de Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Londrina, particularmente aos que fazem parte da Linha de Pesquisa “Aprendizagem e desenvolvimento humano em contextos escolares”. Em especial, ao professor Carlos Toscano e às professoras Eliane Cleide e Francismara Oliveira, os quais fizeram parte mais de perto da minha formação como mestre. Com um carinho maior à professora Francismara Oliveira, devido à sua amizade.

Ao professor Saulo Fabiano Amâncio Vieira, do Mestrado em Administração de Empresas da Universidade Estadual de Londrina, e à mestranda Renata Storti Pereira, pela colaboração e ajuda na coleta de dados para a presente pesquisa.

Aos colegas do projeto de pesquisa: “A escolarização de alunos com deficiência e rendimento escolar: uma análise dos indicadores educacionais em municípios brasileiros” do qual participo e do qual essa pesquisa faz parte. A todos, sem exceção, eu deixo meu agradecimento, pois, sem a colaboração dos mesmos, essa pesquisa não teria acontecido. Em especial, às companheiras e amigas, Mariana Verçosa, Natália Gomes, Danieli Barreto e Jessica Preti, pelo apoio tanto na parte acadêmica, quanto na parte pessoal durante esses dois anos de estudo.

Ao meu amigo e colega do curso de mestrado, Vitor Hugo, que partilhou e participou de toda a angústia, medo, ansiedade e, também, da felicidade e da alegria, tanto na vida pessoal, quanto na vida acadêmica durante esse período de estudo. Período esse que serviu para a aquisição de muito aprendizado, para o meu crescimento acadêmico e, também, para o surgimento dessa amizade linda e verdadeira que levarei para o resto da minha vida.

À amiga e ex-diretora da escola em que trabalho, Narcimélia Scarinci, por todo companheirismo e colaboração para o desenvolvimento dessa minha formação.

Aos funcionários da instituição especial de ensino pesquisada e analisada por mim, pela colaboração em liberar o espaço para o estudo, e a todos que, direta ou indiretamente, colaboraram com o desenvolvimento dessa pesquisa.

À minha querida orientadora, Silvia Meletti, que esteve presente, não somente como uma guia acadêmica me mostrando por onde trilhar, mas também por ter desempenhado muitas vezes o papel de amiga, o que tornou o caminho do desenvolvimento dessa pesquisa mais leve e menos tortuoso e angustiante.

MARQUES, Emanuely Fernanda. **Política de educação especial e a reestruturação de instituições especiais no Paraná.** 2015. 102 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

RESUMO

O estado do Paraná em 2013, reestrutura as instituições especiais em escolas de educação básica, na modalidade de Educação Especial. Assim, a pesquisa teve como objetivo investigar quais impactos a alteração das instituições especiais para Escolas de Educação Básica, na modalidade de Educação Especial, causou no financiamento e na estrutura institucional. Especificamente, buscou identificar e analisar os documentos institucionais que conferem à instituição o status de escola da educação básica; levantar os custos institucionais; e analisar os montantes advindos do repasse de verbas públicas federais, estaduais e municipais e de doações da comunidade. Para tanto, baseou-se no materialismo histórico dialético e foi desenvolvida por meio de análise documental e da utilização de método de apuração de custos o qual teve a finalidade de identificar os fluxos críticos de recursos financeiros dentro da instituição pesquisada, localizada na região norte do Paraná. Os resultados mostraram que, cerca de oitenta por cento dos subsídios da instituição pesquisa é de caráter público, embora a mesma seja de caráter filantrópico assistencial. Com isso, percebe-se uma grande relação entre o público e privado na constituição das instituições especiais no estado do Paraná.

Palavras - Chave: Educação Especial. Financiamento. Política Pública. Instituições Filantrópicas

MARQUES, Emanuely Fernanda. **Special education policy and the restructuring of special institutions in Paraná.** 2015. 102 p. Dissertation (Master of Education) - University of Londrina, Londrina, 2015.

ABSTRACT

The state of Paraná in 2013, restructures the special institutions for basic education schools, in special education mode. So, the research aims to search into the funding of special education in the state of Paraná. Specifically, search, as a general objective to analyze the reorganization of Paraná special institutions, as schools of basic education in special education. And, as specific objectives, identify and analyze the institutional documents giving the institution the school status of basic education; raise the institutional costs; and examine the amounts arising from the transfer of federal public funds, state and local and community donations. And from that, find to answer the question: What impacts the change of special institutions for Basic Education Schools in Special Education modality, caused in financing and institutional structure? This research was based on dialectical and historical materialism was developed by means of document analysis and a cost calculation method which aimed to identify the critical flows of financial resources within the research institution, located in northern Paraná. The results showed that about eighty percent of grants from the research institution is from a public nature, even though it be of assistance philanthropic. With this, we can see a great relation between public and private in the creation of special institutions in the state of Paraná.

Keywords: Special Education. Financing. Public Policy. Philanthropic Institutions.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Proposta de organização das receitas	75
Tabela 2 –	Quantidade de Pessoal – Administração Geral	77
Tabela 3 –	Valores Centro de Custos – Administração Geral.....	77
Tabela 4 -	Valores Centro de Custos – Educação	80
Tabela 5 -	Valores Centro de Custos	84
Tabela 6 -	Valores Centro de Custos - Oficinas Protegidas.....	86
Tabela 7 –	Valores Centro de Custos – Clube de Campo	87

LISTA DE QUADROS E FIGURA

Quadro 1-	Trabalhos da ANPED que fazem referência à Política de Educação Especial e à Restruturação de instituições especiais no Paraná	43
Quadro 2-	Trabalhos da Capes que fazem referência à Política de Educação Especial e à Restruturação de instituições especiais no Paraná	50
Quadro 3 -	Trabalhos da Scielo que fazem referência à Política de Educação Especial e à Restruturação de instituições especiais no Paraná	60
Quadro 4 –	Indicadores técnicos – Educação da Instituição	78
Quadro 5 –	Quantidade de pessoal e atendimento – Saúde	82
Quadro 6 –	Número de atendimentos por funcionário – Saúde	83
Quadro 7 –	Número de pessoal (Gráfica, Marcenaria e Clube de Campo)	85
Quadro 8 –	Total de Custos por Centro de Custos	87
Quadro 9 –	Total de Custos por subcategoria – Educação e Saúde	88
Quadro 10 –	Custos por aluno mensal	88
Quadro 11 –	Custos por atendimento – Total	89
Quadro 12 –	Custos Diretos por atendimento	89
Figura 1 -	Organograma da instituição pesquisada	72

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	12
2	REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1	Constituição da Educação Especial Brasileira: uma Análise da Política Pública e a Relação entre os Conceitos: Educação, Sociedade e Estado	16
2.1.1	Educação Especial: Histórico e Estrutura Organizacional.....	22
2.1.1.1	A Educação Especial no Paraná e suas Particularidades na Política Pública	32
3	Política de Educação Especial e a Reestruturação de instituições especiais no Paraná : Um balanço da área	41
3.1	ANPED.....	41
3.1.1	CAPES	49
3.1.1.1	SCIELO	59
4	METODOLOGIA	66
4.1	Caracterização do município da instituição pesquisada.....	66
4.1.1	Caracterização da instituição pesquisada	69
4.1.1.1	Procedimento de coleta dos dados	70
5	RESULTADO	72
5.1	Análise dos Dados	89
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
	REFERÊNCIAS	100

1 APRESENTAÇÃO

O presente trabalho discute o financiamento da educação especial no estado do Paraná, tendo como objetivo geral analisar a reorganização de instituições especiais paranaenses como escolas da educação básica na modalidade de educação especial e o impacto de tal processo nos documentos e nos custos institucionais.

O desejo de pesquisar sempre esteve presente em minha formação. Durante a graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual de Londrina, minha trajetória acadêmica foi marcada pela participação em projetos de pesquisas e de extensão e em eventos na área de educação ligados à área de política educacional.

Essa área foi a de minha preferência em meus estudos, pois, ao meu ver, é a que busca compreender e analisar o que está nas entrelinhas, isto é, o que está oculto nas políticas públicas, nas leis e nas campanhas governamentais vinculadas à educação.

Com o término da graduação e o início da vida profissional em educação, constatei algumas lacunas formativas que me impulsionavam a continuar os estudos, a fim de atender às demandas do meu exercício profissional. Iniciei uma especialização em Psicopedagogia, para ter uma melhor compreensão do processo de aprendizagem e das dificuldades que os alunos apresentavam nesse processo.

Após a conclusão da especialização, houve uma vontade em cursar o mestrado em educação, tendo o intuito de conciliar, no objeto de estudo de minha pesquisa, a área da política educacional com a de educação especial, pois esta é uma área que me instiga a uma melhor compreensão; e aquela sempre foi uma área de encantamento e fascínio para mim.

Com o ingresso no mestrado em Educação, pude iniciar a conciliação dessas duas áreas de estudo. Desse modo, passei a frequentar o grupo “Estudos e pesquisas em educação especial”, liderado pela professora Silvia Márcia Ferreira Meletti e que desenvolvia à época a pesquisa “A escolarização de alunos com deficiência e rendimento escolar: uma análise dos indicadores educacionais em municípios brasileiros”, no âmbito do Observatório da Educação/CAPES. Tal pesquisa foi desenvolvida por cinco núcleos - UEL, UNICAMP, UFMS, UFSCar, UFSC - e teve como foco de investigação a análise dos indicadores educacionais

referentes ao acesso e ao rendimento escolar de alunos com necessidade educacional especial nos sistemas de ensino.

As pesquisas desenvolvidas pelo grupo mostram que, na última década, houve uma tendência nacional de ampliação das matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino, como consequência das políticas educacionais brasileiras, que se articulam numa perspectiva inclusiva. Por outro lado, os resultados também mostram que no Paraná esta tendência não se mantém, fundamentalmente em função do espaço ocupado pelas instituições filantrópicas e das especificidades da política para educação especial estadual.

Em agosto de 2013, foi sancionada a Lei 17656/2013 que institui o programa estadual de apoio permanente às entidades mantenedoras de escolas que ofertam Educação Básica na modalidade Educação Especial, denominado *Todos Iguais pela Educação*.

Segundo a referida Lei, o estado do Paraná garante aos alunos com necessidades educacionais especiais, mediante instrumento administrativo legal adequado, o acesso igualitário aos benefícios dos programas educacionais suplementares disponíveis para o respectivo nível de ensino, incluindo os programas de alimentação e transporte escolar, construção, ampliação e reforma das unidades escolares, suprimento de mobiliários, equipamentos e materiais e capacitação. Além disso, designa professores, pedagogos e agentes educacionais para prestarem serviços “nos programas educacionais ofertados pela Entidade Mantenedora, em conformidade com o número de alunos matriculados na escola” (PARANÁ, 2013).

O impacto do Programa *Todos Iguais pela Educação* nas instituições especiais privadas filantrópicas pode ser analisado de diferentes formas e por meio de diferentes fontes. No presente trabalho, buscamos compreender tal impacto na estrutura institucional em duas esferas: 1) financeira, por revelar a relação entre o público e o privado, especificamente no que se refere aos repasses previstos na legislação estadual vigente; 2) documental, por se tratar dos registros oficiais do movimento de adequação às normas com vistas à transformação da instituição em escola da educação básica. Para tanto, tivemos como questão central: *Quais impactos a alteração das instituições especiais para Escolas de Educação Básica, na modalidade de Educação Especial, causaram no financiamento institucional?*

Vale destacar que a presente pesquisa foi desenvolvida em uma parceria com o projeto do curso de administração “Custos e desempenho de unidades escolares municipais: subsídios para um sistema de monitoramento e avaliação de escolas municipais do Estado do Paraná”, da Universidade Estadual de Londrina, que me disponibilizou o método, criado pela mestranda em administração, Renata Storti Pereira, e pelo Profº Doutor Saulo Fabiano Amâncio Vieira, sobre a apuração de custos em uma instituição especial na região metropolitana de Londrina.

Para isso, nesse trabalho, foi necessário, para o desenvolvimento deste método¹ de apuração de custos, identificar os fluxos críticos de recursos financeiros dentro de uma instituição de educação especial; levantar dados referentes aos custos da instituição e descrever as políticas de alocação/demonstração de gastos da mesma; propor um modelo de alocação de gastos por centro de custos a partir da realidade existente e calcular e descrever os custos da instituição; e, por fim, desenvolver um modelo de agregação de contas para apurar o gasto real por centro de custo, de forma a permitir a produção de indicadores de gestão que relacionem os gastos e seus elementos.

Assim sendo, a pesquisa terá como objetivo geral analisar a reorganização de instituições especiais paranaenses como escolas da educação básica na modalidade de educação especial. E, como objetivos específicos, identificar e analisar os documentos institucionais que conferem à instituição o status de escola da educação básica; levantar os custos institucionais; e analisar os montantes advindos do repasse de verbas públicas federais, estaduais e municipais e de doações da comunidade.

Para tanto, o estudo será apresentado a partir da seguinte estruturação de capítulos;

- Referencial Teórico;
- Balanço da área;
- Metodologia;
- Apresentação e Discussão dos dados;
- Considerações Finais.

¹Baseando-se em STORTI e AMANCIO (2014) o termo método é aqui utilizado, pois abrange o meio e os caminhos para chegar aos objetivos, já procedimento é o que será utilizado para chegar aos objetivos.

No referencial teórico foram discutidos os conceitos de Educação, Educação Especial, Filantropia, Público e Privado, Estado, Capitalismo, todos pautados no materialismo histórico dialético. Sendo subdivido em: Constituição da Educação Especial Brasileira: Uma análise da Política Pública e a relação entre os conceitos: educação, sociedade e estado; Educação Especial: Histórico e Estrutura Organizacional; A Educação Especial no Paraná e suas particularidades na política pública.

O balanço da área foi intitulado como Política de Educação Especial e a Reestruturação de instituições especiais no Paraná” : Um balanço da área. Foi desenvolvido em três bancos de bases de estudo, Anped, Scielo e Capes, no período de 2002 a 2012.

A metodologia foi desenvolvida tendo o objetivo de apurar os custos financeiros de uma instituição especial no estado do Paraná e, com isso permitir descobrir, por exemplo, o quanto custa um aluno em uma instituição especial em diferentes modalidades de educação (estimulação essencial, ensino fundamental, e EJA) e o quanto uma instituição especial que é de caráter filantrópico e assistencial recebe de verba pública e, assim relacionar o público e privado no desenvolvimento da educação especial.

Como resultados e considerações finais se tem dados assustadores em que nos revela que quase oitenta e cinco por cento do custo de uma instituição especial é de verba pública no estado do Paraná, além disso, afirma a hegemonia das instituições especiais no desenvolvimento da educação especial no estado do Paraná.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Constituição da Educação Especial Brasileira: Uma análise da Política Pública e a relação entre os conceitos: Educação, Sociedade e Estado

A presente pesquisa pauta-se nos fundamentos do materialismo histórico dialético por possibilitar a compreensão das relações sociais e da constituição dos sujeitos, marcadas pelos modos de produção capitalista.

Para Wood (2011), o capitalismo é constituído pela exploração de classe e é muito mais que um mero sistema de opressão. Percebe-se isso no seguinte pensamento:

É um processo totalizador cruel que dá forma a nossa vida em todos os aspectos imagináveis (...) ele submete toda vida social às exigências abstratas do mercado, por meio da mercantilização da vida em todos os seus aspectos, determinando a alocação de trabalho, lazer, recursos, padrões de produção, de consumo, e a organização do tempo. E assim tornam ridículas todas as nossas aspirações à autonomia, à liberdade de escolha e ao autogoverno democrático. (WOOD,2011, p.224).

Percebe-se a manipulação do sujeito pelo capitalismo por meio da transmissão da falsa ideia de igualdade, de inclusão, de participação e de direitos. São desleais, essas ideias, pois o sujeito não tem acesso pleno aos seus direitos, por exemplo, ele possui o direito de ir e vir, mas irá percorrer apenas o espaço que sua condição social e econômica permitir. É transmitido ao sujeito que ele tem liberdade e acesso a todas as condições, no entanto, desde que ele tenha mérito para isso, isto é, que ele seja esforçado. No entanto, não é explicado e transmitido ao sujeito que, por mais que ele se esforce, se estiver alocado em uma classe social baixa na sociedade capitalista, ele nunca atingirá o status da classe alta.

Pressupõe-se, no entanto, que o grau de poder atingido pela sociedade capitalista é tão grande no cidadão, que a população não percebe essa opressão e manipulação, pois acredita ter acesso às condições sociais e materiais, iludindo-se e acreditando em uma igualdade social que não existe, já que é falsa e irreal.

Contudo, para criar essa percepção crítica dos fatos nos cidadãos, é necessário desenvolver uma educação pública democrática com qualidade de ensino.

Segundo Saviani (2000), para compreender a educação é necessário remetê-la sempre a seus condicionantes objetivos, ou seja, à estrutura socioeconômica do país, pois essa composição determina a forma de manifestação do fenômeno educativo. Assim, há uma plena percepção da dependência da educação em relação à sociedade. Na sociedade atual, que emerge o modelo capitalista, é inevitável, nessa dependência entre escola e sociedade, que a educação reproduza, por exemplo, as características do modelo de sociedade capitalista que é abarcado em aspectos como, a desigualdade, manipulação, discriminação, dentre outras, pois a escola faz parte dessa sociedade que domina e explora.

Nesse sentido, Oliveira (2000) aponta-nos que a educação não deve ser entendida como um elemento da superestrutura, mas como um elemento importante para o funcionamento dos mecanismos do capitalismo, como diminuir custos, desperdício, instrumentos de trabalho e intensificação do trabalho vivo que integra a reforma administrativa do Estado a qual incide direta ou indiretamente sobre a formulação e implementação das políticas públicas, dentre elas a educacional (p. 12). Com isso, afirma que a educação é uma instância de produção de capacidade de trabalho, em que todo o mercado empresarial recorre para ter possibilidade de produzir. Assim, a educação básica passou a ser diretamente relacionada com a possibilidade dos indivíduos terem acesso ao mercado de trabalho e, com isso, uma igualdade social. Ou seja, a classe menos favorecida é formada apenas para a mão-de-obra e para atender as necessidades de uma minoria excludente e celetista.

Entretanto, na atual realidade da sociedade ocorre o oposto, pois ela é desigual. A desigualdade não é apenas geográfica, mas sobretudo social e econômica, pois todos estamos na mesma sociedade, no entanto, o que difere uma classe da outra é o poder aquisitivo de cada um. A educação, como forma de mobilidade social, é mitificada pela atual realidade da educação organizada para a empregabilidade, já que, diante da realidade tão excludente como é a sociedade capitalista, merece ao menos ser considerada a hipótese de que nem todos terão possibilidade de ascensão social com o simples acesso e permanência na escola,

pois há diferenças entre as formações dos sujeitos, existe a formação para os sujeitos empregadores e detentores da manipulação e desigualdade (elite) e para os sujeitos empregados, que são manipuláveis por não terem por meio de condição social o direito de escolha.

Refletindo sobre isso, como então superar tais dificuldades e problemas e assim atingir uma educação para a transformação em uma sociedade que valoriza a ideia de reprodução?

Para Saviani (2000), deve-se superar tanto a ideia ilusória de considerar a educação como autônoma e promotora da garantia à integração e equalização de todos os indivíduos no corpo social, quanto de impotente, compreendendo-a como limitada, já que pode ser desenvolvida e constituída na sociedade capitalista como reprodutora.

De acordo com Saviani (1996), o homem não é um ser passivo, pois ele não é indiferente às coisas que acontecem e se desenvolvem em seu redor, logo se deve buscar um movimento dentro do espaço escolar de promover o reconhecimento e compreensão dos aspectos sociais da sociedade capitalista para tentar transformá-la por intermédio da reflexão crítica do sujeito.

Para isso, devemos acreditar e desenvolver uma educação pública voltada para a democracia, considerando que todos têm direito à uma educação com qualidade, sem diferenciação devido a sua classe social, raça, e/ou gênero e condição física. Ou seja, devemos buscar uma educação que seja mobilizadora, ao invés, de conservadora e reprodutora do modelo de sociedade capitalista, que apoia nas entrelinhas a conservação da desigualdade social. A escola deve potencializar o sujeito para isso, ou seja, para tornar-se um cidadão crítico e não promover uma educação precária para a população de baixa renda, por exemplo, como é visto há anos em nossa história escolar.

Cury (2000), ao refletir sobre o conceito de educação em sua obra “Educação e Contradição”, relaciona-a com a sociedade capitalista, pois se pretendia com sua produção superar criticamente as teorias de reprodução que tem como objetivo promover a manutenção do modo capitalista. Para isso, ele faz uma análise de alguns termos, chamados por ele de categoria, sendo elas: contradição, totalidade, mediação, reprodução e hegemonia.

Em um primeiro momento, o autor conceitua em sua obra as categorias de forma isoladas e as relacionam com o modelo de sociedade

capitalista, depois as relacionam com a educação. Entretanto, aqui irá ser fixado apenas o entendimento do conceito de educação para o autor.

Mas, para uma sucinta compreensão sobre as categorias, essas devem corresponder às condições concretas de cada tempo e lugar. Assim, elas não são algo definido e estabelecido, pois não têm um fim em si mesmas, mas ganham sentido de acordo com o instrumento de compreensão que se faz de uma determinada realidade social. Partindo disso, é, na interação com a educação, que a categoria irá revelar seu papel de momento esclarecedor da própria diversidade histórica de uma sociedade e das possibilidades de sua mudança. (p. 23)

Pautando-se em Cury (2000), é necessário estudar tais categorias para compreender a realidade da sociedade capitalista, já que

De modo especial, oferecem subsídios nos atos de investigar a natureza da realidade social e as vinculações das propriedades da educação nessa mesma realidade. As categorias ajudam a entender o todo, cujos elementos são os constituintes da realidade e, nele, os elementos da educação. (CURY,2000, p.27)

Assim, o estudo dessas categorias ajuda a indicar o modo pelo qual se procura entender o fenômeno educativo.

Para Cury (2000), a educação é

Imanentemente presente à totalidade histórica e social e coopera no processo de incorporação de novos grupos e de indivíduos (...) Na sociedade capitalista, a educação se impõe como manifestação da produção mediante as relações de classe. As contradições existentes nas relações de classe se fazem presentes na educação, dada sua presença imanente nessa totalidade histórica e social. (CURY, 2000, p. 53)

E ainda afirma, ao relacionar a educação com a sociedade, que :

A educação é produto humano e conservará o caráter dialético dos fenômenos existentes na estrutura social. Assim, ao mesmo tempo que expressa a estrutura, pode ocultá-la. De outro modo, a estrutura gera novas exigências para a educação, que ao captá-las antecipa um modo de ser futuro, que determina tarefas para o presente. (CURY, 2000, p.54)

Com isso, percebe-se que desenvolver uma educação com qualidade e democrática não é fácil na sociedade capitalista, pois ela não pode ser

um instrumento de conservação e reprodução do modelo da sociedade capitalista, mas, sim, um meio de transformação.

O que ocorre no desenvolvimento da educação na sociedade capitalista não é a negação do direito de educação à classe subalterna, mas o impedimento de mudança social dessa classe.

Cury (2000) refere-se a Marx ao refletir que a educação deve ser vista e analisada no conjunto das relações sociais, pois nessas condições busca-se revelar o potencial da educação, que é o de tornar o saber mais lúcido e assim o tornar um meio de superação, transformação e modificação das condições sociais.

E ainda refere-se a uma função política da educação, que é a de educar politicamente quem não sabe, rompendo com a ideologia dominante, e com isso, explicitar as tarefas de uma reflexão sobre a realidade. (p.77)

Wood (2011) expõe que o poder e o segredo da produção capitalista são revelados por Marx que está intimamente ligado às relações sociais e à disposição do poder as quais se estabelecem entre os operários, que vendem sua força de trabalho, e o capitalista, que compra a força de trabalho do proletariado. E afirma:

“A disposição de poder entre o capitalista e o trabalhador tem como condição a configuração política do conjunto da sociedade – o equilíbrio de forças de classe os poderes do Estado que tornam possível a expropriação do produtor direto, a manutenção da propriedade privada absoluta para o capitalista, e seu controle sobre a produção e a apropriação”. (WOOD, 2011, p.28)

Com a modernidade, houve transformações sociais e, com elas, ocorreu a modificação da configuração do trabalho. Há, agora, uma ênfase na produtividade e no lucro, gerando uma pressão no trabalhador. O fato dos trabalhadores não possuírem propriedade faz com que sejam obrigados a trocar sua força de trabalho por um salário para ter acesso aos meios de subsistência e sobrevivência, por isso estão sujeitos ao poder do capital e aos imperativos da competição e da maximização dos lucros. Com isso, pode-se analisar a democracia no capitalismo como limitada.

Wood (2011), ao refletir sobre o termo democracia na sociedade atual, expõe que

O conceito de democracia foi submetido a novas pressões ideológicas pelas classes dominantes, exigindo não somente a alienação do poder “democrático” mas a separação clara entre a “democracia” e o “demos”. O efeito foi a mudança do foco da “democracia”, que passou do exercício ativo do poder popular para o gozo passivo das salvaguardas e do poder coletivo das classes subordinadas para a privacidade e o isolamento do cidadão individual.

Percebe-se que o conceito de democracia passou a ter ligação com o liberalismo (democracia-liberal), o qual tem como ideologia o individualismo, privatizações, foco na propriedade privada, desconcentração de tarefas, Estado mínimo, entre outros.

Segundo Wood (2011), a separação entre Estado e sociedade civil certamente gerou novas formas de liberdade e igualdade, mas também criou novos modos de dominação e de coerção. Constituiu uma nova forma de poder social, em que muitas funções coercitivas pertencentes ao Estado deslocaram-se para a esfera privada. Em certo sentido, trata-se da privatização do poder público que criou o mundo historicamente novo da “sociedade civil”. (p.217).

No Brasil, os modos de significar e de educar a pessoa com deficiência foram constituídos

[...] como um conjunto de atendimentos paralelo ao sistema público de ensino, de modo que grande parte dessa população, quando atendida, o era em instituições especiais privadas de caráter filantrópico. Até o final do século XX, o setor público atendeu de forma compartilhada, em sua maioria, alunos com deficiências mais leves em classes especiais em escolas públicas e o setor privado atendeu alunos com deficiências mais severas em instituições especializadas (KASSAR; MELETTI, 2012, p. 50).

Segundo Ferreira e Ferreira, esta divisão de responsabilidades “gerou um segmento social e econômico organizado em torno de escolas particulares, filantrópicas e/ou organizações não governamentais que envolvem muitos interesses num peculiar processo de privatização” (FERREIRA, FERREIRA, 2004, p. 24).

Pautando-se em Oliveira (2000), o Estado pode se constituir num aparelho de poder nas mãos da classe dominante, funcionando na sociedade capitalista como o próprio comitê dos negócios da burguesia (p. 34).

Percebe-se isso na omissão do Estado frente à promulgação dos direitos sociais da população, quando a área da educação especial é desenvolvida por meio da sociedade civil, apresentando caráter filantrópico e caritativo, assim não havendo em sua maioria um caráter profissional em sua oferta.

Para Oliveira (2000), a omissão do Estado não é um desgaste em sua função e papel social, mas, sobretudo, é um reflexo sobre a dinâmica do processo de reestruturação do capitalismo, não só um modo de produzir, mas de organizar a sociedade. (p.17)

Concordando com Leher (2003), o Estado tem de ser compreendido como totalidade contraditória, *locus* de contradições e oposições entre classes, em que, através de mediações produzidas nas lutas de classes, o espaço público pode ser ampliado. Este não é um processo exclusivamente cultural ou que se esgota no terreno do pensamento, mas um movimento de lutas, confrontos (inclusive com o aparato repressivo próprio do Estado) e ações massivas, capazes de colocar em questão a divisão capitalista do trabalho e a própria propriedade privada (politização da esfera econômica). (p.225)

Entretanto, o Estado passou a assumir a função de coordenador das iniciativas privadas da sociedade civil e de provedor de serviços sociais para uma parcela da sociedade definida como “excluída”. De modo geral, o Estado transfigura-se em estimulador de iniciativas privadas de prestação de serviços sociais e de novas formas de organização social que desatrelam as várias formas de discriminação das desigualdades de classe (NEVES e SANT’ANNA, 2005). Isso está presente, por exemplo, na oferta da educação especial brasileira, a qual é desenvolvida de forma expressiva pelas instituições privadas e/ou filantrópicas.

2.1.1 Educação Especial: Histórico e Estrutura Organizacional

Para Jannuzzi e Caiado (2013), os espaços segregados de ensino tomam lugar no Brasil desde os tempos do Império com a criação do Instituto dos Meninos Cegos (1854) e o Instituto dos Surdos-Mudos (1856), tendo o intuito de retirar da sociedade os indivíduos considerados “diferentes” e, assim, afastá-los do convívio social. Entretanto, é com a criação e organização de modo especial de duas instituições especiais que esses espaços segregados tomam força no Brasil, com o

surgimento da Sociedade Pestalozzi na década de 30 do século XX e da APAE na década de 50 do mesmo século.

Para Kassar (2011), nessa época, o Brasil passa pela primeira Constituição após o Golpe de Estado em que prevê o estabelecimento dos planos nacionais de educação. Esse período foi decisivo para o início da formatação da Educação Especial como uma política de Estado, com a criação de um órgão vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), que tem como finalidade a responsabilidade de formular e impulsionar as ações da Educação Especial no Brasil.

Rafante (2006), ao analisar a história da Sociedade Pestalozzi, nos mostra que seu objetivo inicial era:

Proteger as crianças e adolescentes excepcionais e preservar a sociedade e a raça das influências nocivas para a sua saúde mental e equilíbrio moral. Além de auxiliar os alunos e professores das classes especiais dos grupos escolares, organizou o Consultório Médico Pedagógico, que realizou pesquisas, divulgou noções teóricas e práticas sobre a infância “excepcional” e orientou em assuntos de higiene mental, para o melhor ajustamento das crianças à vida social. (p.4)

Baseando-se em Jannuzzi e Caiado (2013),

“Destaca-se que, entre 1934 e 1950, foram organizadas 7 instituições da Sociedade Pestalozzi, dentre os 52 estabelecimentos de ensino especial existentes no país. Em 1954, foi criada a primeira Apae, que, entre 1954 e 1974, se expandiu para 198 unidades em 16 estados. Assim, em 1974, dentre os 2.594 estabelecimentos de ensino especial existentes no país, havia 198 unidades da Apae e 24 unidades da Pestalozzi. (p. 4)

Ainda analisando esse período, entre as décadas de 1960 e 1970, o “espaço vazio” da educação especial pública foi efetivamente ocupado pelas instituições especiais privadas, principalmente pelas APAEs. Com base em Silva (1995), na década de 50, a APAE constituiu-se com 07 associações; na década de 60, contava com 118; na década seguinte, com 428; e, chegando à década de 80, com 775 associações. Com isso, a década de 1970 pode ser considerada um marco para a educação especial brasileira, tanto em função da ampliação do Estado na área, quanto pelo crescimento das instituições especiais, com apoio público decisivo, pois, nessa década, o crescimento das instituições especiais filiadas à Federação

Nacional das APAEs foi de aproximadamente de 363% em relação à década anterior, principalmente nas regiões mais desenvolvidas do país (MELETTI, 2006).

Assim, no Brasil a educação especial na iniciativa privada

Atua de modo mais intenso, a Sociedade Pestalozzi (a partir da década de 30), a APAE e os centros de reabilitação (a partir dos anos 50) atendendo majoritariamente as deficiências mais graves. A evolução da Educação Especial brasileira é bastante dependente dessas organizações e outras entidades filantrópicas da sociedade civil, contribuindo, para que a deficiência permanecesse no âmbito da caridade pública e impedindo, assim, que as suas necessidades se incorporassem no rol dos direitos da cidadania. (FERREIRA,1995,p. 32)

Percebe-se, nessa síntese, um aumento significativo de tais instituições. Talvez isso se dê ao fato das mesmas terem um esquema de configuração organizacional muito bem estruturado desde sua origem. As mesmas possuem seu próprio estatuto, contendo, por exemplo, deveres e funções, a exemplo o primeiro estatuto da Federação Nacional das APAES (FENAPAES) criado em 1963

A federação apresenta-se como sociedade civil de caráter assistencial e educacional, sem fins lucrativos (...) visando produzir conhecimento, ser porta-voz da área na interlocução com os órgãos públicos, realizar campanhas em âmbito nacional para angariar fundos para auxílio às obras assistenciais, solicitar e receber auxílios, doações oficiais ou particulares, arrecadar as contribuições das entidades filiadas (p.13)

Ainda nas análises dos estatutos das Apaes, o estatuto de 1972 art. 4º. estabelece uma relação das instituições com o governo, no seguinte:

É objetivo atuar na definição da política nacional de atendimento a pessoas com deficiência, coordenando e fiscalizando sua execução pelas entidades filiadas, articular junto aos poderes públicos e entidades privadas, políticas que assegurem o pleno exercício dos direitos da pessoa com deficiência (...). Há certo reconhecimento de que o atendimento do excepcional é dever do Estado, do qual devemos cobrar sempre, mostrando que estamos substituindo-o, mas não podemos de maneira alguma, dispensar a participação da família e comunidade. (p. 25)

Desde a origem das instituições especiais, percebe-se a sua relação com o público e seu caráter de filantropia e de caridade, assim não havendo tanto

espaço para o caráter profissional. Isso é perceptível no estatuto de 1972 em que explicita seu sentido filantrópico e expõe as oscilações existentes da política em relação à pessoa com deficiência, pois de um lado há a afirmação do poder da instituição enraizado na família e na comunidade, intransferível ao Estado; de outro, porém, as verbas concedidas não suprem as reais necessidades, obrigando a apelarem à caridade da sociedade, que ocorre desde a sua fundação.

Conforme definido em 1996, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (artigo 19, I e II), o entendimento dos termos público e privado são considerados como instituições de ensino público, aquelas criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo poder público; e, as privadas, as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

Leher (2003), ao conceituar o público e privado, apresenta a ideia de que:

A distinção entre o que é público e o que é privado possui clara nitidez (privado = não-público). Determina-se o interesse público pelo contraste com o interesse privado e vice-versa. É a oposição entre o que é coletivo, universal, geral e o que é individual, grupal, particularista. Nas ciências sociais, significa a oposição entre a “sociedade de iguais” e a “sociedade de desiguais”, entre política (interesse geral) e economia (interesse mercantil) ou, nos termos de Marx, entre “o céu da política” e o “inferno das relações de trabalho” (p.224)

É perceptível a presença concomitante dos setores público e privado no decorrer da constituição da educação especial brasileira, propiciando, desde seu início, o estabelecimento de uma linha tênue entre os limites e os papéis dos serviços de atendimento público e privado.

Em 1954, é fundada a primeira APAE (Associação de Pais e Amigos dos excepcionais) na cidade do Rio de Janeiro, propondo-se em escolarizar as crianças com necessidade especial, pois isso não estava ocorrendo de modo satisfatório na rede de ensino, assim ocupando o “espaço vazio da educação especial como rede nacional”. (Silva, 1995 apud Kassar, 1999, p. 26).

Com base em Jannuzzi e Caiado (2013), o primeiro objetivo da APAE é promover no sujeito o “bem-estar” e ajustamento social, atendendo-os em todas as idades e etapas de sua vida e em todos os espaços sociais que ocupassem. Os termos “bem-estar”, sendo o estado de satisfação plena das exigências do corpo e do espírito; e ajustamento social, um processo no qual,

através das relações sociais, estabelece-se a integração e adaptação do sujeito portador de necessidade educacional especial à sociedade, estabelecendo-se uma manutenção da ordem social. (p.8).

Assim, a Apae, organizada pela elite sensível ao problema, nasce institucionalizada, com estatuto e diretoria votada (desde que tenha filho com deficiência), prevendo uma federação aglutinadora e dirigente e, a partir de meados da década de 60, vai se estruturando burocraticamente. No início, a Apae mostra-se voltada ao atendimento de todas necessidades especiais, mas, com o tempo, centraliza-se na deficiência mental, colocando-se como entidade privada, disposta a permanecer para sempre, no princípio, sem exigir a responsabilidade do governo constituído e da sociedade em relação a tal alunado, mas solicitando apoio financeiro a eles. Percebe-se que isso não ocorreu, haja vista que o governo realmente não se responsabiliza para tal oferta de educação, pois sempre se afastou de tal responsabilidade, no entanto, está fortemente ligado com auxílio financeiro por meio de convênios, por exemplo, a essas instituições especiais desde sua fundação. Em outras palavras, o governo mantém o desenvolvimento da educação especial nas instituições especiais, porém não se responsabiliza para tal função e atividade (JANNUZZI e CAIADO, 2013).

Kassar (1999), ao analisar essa relação entre o público e privado na legislação brasileira, mostra-nos que a LDB 4024/61 determina que a educação da pessoa com deficiência devesse ocorrer preferencialmente na rede regular de ensino, ao mesmo tempo em que garantiria apoio financeiro às instituições especiais privadas filantrópicas consideradas eficientes pelos critérios dos Conselhos Estaduais de Educação.

Observa-se uma ambiguidade no discurso, pois ao mesmo tempo em que propõe o atendimento na rede regular de ensino, delega-se também essa função e responsabilidade às instituições de caráter privado, por meio da garantia de apoio e recurso financeiro. Com isso, pode-se perceber que, desde o início, a educação especial brasileira não é assumida diretamente pelo Estado, que toma a filantropia como o meio de estruturar a Educação Especial brasileira (MELETTI, 2013). Com isso, conserva e consolida algumas marcas da educação desta população, qual seja, sua centralidade na reabilitação e adequação social em detrimento de um trabalho pedagógico efetivo.

Na década de 1990, as proposições políticas para a educação especial brasileira se articularam numa perspectiva inclusiva, ao incorporarem as orientações internacionais tratadas na Declaração de Educação para Todos (Conferência Mundial de Educação para Todos, 1990) e com a adesão do país à Declaração de Salamanca e à linha de ação sobre necessidades educativas especiais (CORDE, 1994), resultado da Conferência Mundial Sobre Necessidades Educacionais Especiais.

De acordo com Kassir (2011), a década de 90 foi o início de um período em que se estabeleceu o princípio integrado entre desenvolvimento econômico e importância aos debates sociais. Durante essa década, por exemplo, agências internacionais, como o Banco Mundial, além de estarem presentes no direcionamento de políticas econômicas, também marcam os debates sociais. Talvez foi o início da ação de se dar importância aos assuntos sociais por parte dos órgãos internacionais e da política pública brasileira durante esse período, devido ao fato do surgimento e fortalecimento das organizações da sociedade civil.

Pautando-se em Jannuzzi e Caiado (2013), é na década de 90, que a Apae se fortalece ainda mais, com o projeto Águia, no qual se declara Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais e se organiza de forma mais ampla por meio do movimento Apaeano, que imprime a necessidade de busca por eficácia e efetividade, além da proposta de “treinamento” de dirigentes e profissionais.

Não se pode perder de vista o momento em que isso ocorreu, ou seja, numa época em que tanto nacionalmente como internacionalmente houve uma grande preocupação com o termo inclusão e, assim, a criação de vários documentos, leis, diretrizes e declarações nesta década, como a de Salamanca (1994), Política Nacional de Educação Especial (1994) e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996). E outros, pós década de 90, muito importantes para a constituição e desenvolvimento da educação especial, como Diretrizes Nacionais de Educação Especial na Educação Básica (2001); Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva (2008); Decreto 6571 (2008); Documento Final da Conferência Nacional de Educação (2010); Plano Nacional de Educação (2010) e Decreto 7611- Inclusão Já (2011).

Pautando-se em Kassir (1999),

No contexto da sociedade “moderna”, “ágil” e “eficiente”, e do discurso do recuo do Estado, exalta-se a formação de associações privadas. Estas, ao se responsabilizarem por serviços de atendimento de setores sociais da sociedade, através de ações (assistenciais/filantrópicas/comunitárias) de “parceria”, acabam colaborando para o afastamento gradativo do Estado em relação à responsabilidade sobre as questões/obrigações sociais. Daí a força das instituições privadas. (p. 40)

Mais uma vez observa-se o favorecimento da iniciativa privado-filantrópica por parte do Estado e da reiteração das instituições especiais como espaço privilegiado de atendimento à pessoa com deficiência.

Pautando-se em Silva (2003), a educação especial assumiu na política educacional brasileira um caráter assistencial e de filantropia, o que resulta em um grande entrave para seu progresso e desenvolvimento.

Com base em Mestriner (2011), o termo Filantropia significa o amor do homem pelo ser humano, isto é, o amor pela humanidade. Em sentido estrito, são gestos voluntaristas, sem intenção de lucro; já, no sentido mais amplo, supõe-se um sentimento mais humanitário que se preocupa com o bem-estar público e coletivo e com a garantia de uma condição digna de vida para o ser humano. E o conceito de assistencialismo

Compreende um conjunto de ações e atividades desenvolvidas nas áreas públicas e privada, com o objetivo de suprir, sanar ou prevenir, por meio de métodos e técnicas próprias indivíduos ou grupos quanto à sobrevivência (...). Pode-se dizer que a assistência social se desenvolveu mediada por organizações sem fins lucrativos ou por voluntários, num obscuro campo de publicização do privado, sem delinear claramente o que nesse campo era público ou era privado.(p.16)

Observa-se que a assistência social são organizações de direito privado, mas com fim público, isto é, promove o bem da sociedade em geral sem visar a interesses próprios. Sua ação de caráter humanitário visa à proteção e ao amparo de segmentos da população socialmente desfavorecidos, como idosos, gestantes, crianças, dependentes químicos, portadores de necessidades especiais, dentre outros. Assim, atende às necessidades básicas humanas, ainda que isso seja sinônimo de defesa aos direitos e à autonomia do sujeito como cidadão. (MESTRINER, 2011, p.38)

Pode-se relacionar o pensamento acima com a omissão do Estado que transfere a responsabilidade de cumprir algumas funções e serviços à população para a sociedade civil que, por sua vez, não possui um caráter de qualidade, já que seu serviço está enraizado tanto historicamente como estruturalmente na caridade.

O Estado promove parcerias com as instituições com caráter de assistência social, através de subsídio e convênios, tendo o intuito de possibilitar a essas instituições o desenvolvimento de ações que, por dever, deveria ser dele, livrando-se assim de qualquer culpa ou responsabilidade que possa vir ou acarretar no futuro. Com isso, é ofertada à população sempre o mínimo necessário e não o que é realmente seu de direito. Percebe-se isso no pensamento:

Subsidiando precariamente a provisão das atenções sociais realizada pelo setor privado, o Estado demonstra estar mais preocupado em expressar que vem realizando algo nesta área do que propriamente em alterar a realidade e assegurar direitos. (MESTRINER, 2011, p. 18)

Ainda em relação a subsidiariedade entre o estatal e privado:

O Estado transfere para a sociedade as responsabilidades maiores, restringindo-se à execução de ações emergenciais. Para tanto, tem utilizado da estratégia da delegação, manipulando subsídios, subvenções e isenções por meio dos mecanismos de convênios e atribuição de certificados, numa pretensa relação de parceria ou de co-produção de serviços sob financiamento estatal. (MESTRINER, 2011, p. 21).

Assim, o Estado faz com que a assistência social caminhe sempre no campo da caridade, filantropia, solidariedade, princípios que nem sempre representam de fato direitos sociais. Percebe-se essa relação nas instituições especiais, por exemplo, as APAES, as quais recebem convênios do estado e municípios para desempenhar o desenvolvimento da educação especial, além disso, possuindo recursos próprios, como as doações espontâneas. É nítida a procura do Estado de sempre se omitir de sua função, pois financiar convênios com a assistência social é muito mais barato e fácil do que assumir a responsabilidade de tais deveres para si.

Mestriner (2011) analisa essa administração pública como uma flagrante transferência de responsabilidade para a sociedade civil que gera um descaso com o aprofundamento dos problemas de pobreza e exclusão social existentes na sociedade brasileira, já que a assistência social se afirma como política pública em um Estado que público passa a significar parceria com privado.

É claro o fortalecimento dos atendimentos da educação especial pelas instituições especiais privadas de cunho filantrópico e assistencial, bem como suas interferências nas decisões do poder estatal marcando o pensamento hegemônico das políticas públicas nesta área. Lembrando que hegemonia aqui é entendida como um modo de ser pelo qual um grupo social consegue, pelo convencimento, imprimir a sua direção sem desconhecer os interesses de um grupo concorrente, ou seja, não é entendida como dominação política ou quantitativa. As instituições especiais privadas adquirem o perfil da crescente terceirização que há na administração do Estado e Governo brasileiro, o qual ignora a responsabilidade do setor público comprometendo a própria concepção de direito social da população.

Assim:

A expansão da oferta de serviços da área social por organizações não governamentais, ainda que possa parecer um progresso, tem corroborado, portanto, com o discurso oficial que aponta para a inviabilidade das ações governamentais nas áreas sociais, sugerindo sem dúvida uma retração progressiva da intervenção do Estado. Neste sentido os trabalhos assistenciais no Brasil transformaram-se em política assistencial e, ainda que tentem qualificar as condições de cidadania em suas ações, esta se institucionaliza de forma heterogênea, estabelecendo diferentes patamares de cidadania. (SILVA, 2003,p.82)

Com isso, de acordo com Jannuzzi (2004), a modificação desejada e reivindicada por esse estudo não é apenas do sistema de ensino, mas, sobretudo, da organização social injusta que é estabelecida na sociedade atual capitalista. A inclusão plena do sujeito cidadão ocorrerá apenas quando essa organização se modificar, caso contrário, ocorrerá apenas inclusões dos sujeitos em determinados micros espaços, como exemplo, na escola.

Assim, não se trata apenas de transferir a responsabilidade para a sociedade civil, mas de implementar uma reforma do Estado que o coloque em primazia na condução das políticas públicas, incluindo a assistência social. Dessa

forma, atribuindo-lhe dois movimentos que é a laicização da gestão da assistência social e constituição dela como verdadeira política pública social.

Percebe-se que é necessário a construção de uma nova relação entre a assistência social e o Estado, na qual se compreenda melhor o papel de cada um, isto é, não permitindo ao Estado se omitir das suas responsabilidades pelos direitos de seguridade e nem retirando da sociedade civil sua autonomia e possibilidades de desenvolvimento e atuação de práticas democráticas. Assim, constitui um desafio no qual estabeleça o fim ou, no mínimo, a diminuição de medidas de proteção sempre parcial que é compartilhada pela lógica capitalista, pois “cabe cuidar daqueles que aparentemente não existem para o capital, o que não possui vínculo formal, o desempregado, o indigente, os deserdados” (Sposati, Falcão & Fleury, 1989 apud Mestriner, 2011).

O desafio é lutar para a diminuição do favorecimento do Estado sobre a reprodução do capital e o aumento nas condições sociais de sobrevivência e qualidade de vida da classe trabalhadora, assim consagrando de certa forma a cidadania e os direitos sociais ao sujeito.

É necessário que a instituição escolar assuma seu papel e função de aprofundar os conhecimentos historicamente acumulados pela percepção clara da realidade social e individual de cada um, assim, implica o essencial, que é o desenvolvimento da concepção política

[...] que ultrapassa a discussão meramente centrada na disputa de métodos e técnicas de ensino para perceber que por meio deles o essencial é tornar o educando capaz de realmente conhecer a realidade, atuar com todos, transformando-a”. (Bueno, 2001 apud Jannuzzi, 2004, p. 22)

Ao longo da reflexão desse estudo, percebe-se que a constituição da educação especial brasileira esteve relacionada ao processo de reforma do Estado e na política pública vigente do determinado tempo histórico.

Partindo disso, de acordo com Jannuzzi e Caiado (2013), há, na história, um movimento de contradições entre projetos da sociedade e da educação especial. Nesse sentido vale destacar o Decreto federal 7.612/2011 que apresenta o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, centrado em três eixos: acesso à educação, atenção à saúde, inclusão e acessibilidade, com financiamento público. Percebe-se a contradição no sentido de que o setor público irá financiar a

educação especial, porém ela se desenvolverá no espaço não público, ou seja, em espaços, como os das instituições especiais, abrangendo o caráter de caridade e de filantropia.

Essas contradições irão ser trabalhadas de maneira mais aprofundada, já que irá propor uma reflexão sobre a particularidade e a especificidade da política pública do estado do Paraná referente à educação especial, já que, nesse estado, é incentivado o desenvolvimento da educação especial em instituições conceituadas como escolas na modalidade de educação especial, isto é, abrangendo todos os direitos e deveres que uma escola regular possui, inclusive o financiamento por meio de convênios e dos investimentos do governo com verba pública.

2.1.1.1 A Educação Especial no Paraná e suas particularidades na política pública

Como já exposto anteriormente, o percurso histórico do processo de escolarização das pessoas com deficiência apresenta-se sob a responsabilidade da modalidade de ensino educação especial, implementada em ambientes segregados e prioritariamente em instituições privadas de caráter filantrópico e em classes especiais (VASQUES, 2008). Com isso, as instituições especiais tornaram-se hegemônicas na oferta de atendimento educacional a essa população.

Em 2011, de acordo com dados divulgados pelo governo do Paraná, o estado contava com 394 instituições especiais conveniadas com a Secretaria de Estado de Educação distribuídas em um universo de 399 municípios (KASSAR e MELETTI, 2012). Ou seja, é quase uma instituição especial por município no estado do Paraná. Talvez, a hegemonia dessas instituições esteja relacionada à particularidade e à especificidade da política pública desse estado.

A década de 90 foi um período no Brasil de muita reflexão no meio educacional e, com isso, de reformas na legislação educacional. No mesmo período, houve também uma grande preocupação com a inclusão e educação para os alunos portadores de alguma necessidade especial, haja vista que o Brasil se apresentou como signatário de acordos celebrados entre vários países e organismos internacionais que indicam a ampliação do direito de todos os cidadãos à educação escolar. Nesse sentido, o Brasil busca-se adequar às exigências das agências

internacionais que propõem um movimento global de valorização a inclusão educacional e social, o que possibilita no cotidiano escolar a identificação de esforços por parte do Estado em atender a população com deficiência prioritariamente nas escolas regulares.

Partindo disso, os documentos legais e normativos da educação especial brasileira passam a enfatizar o modo como a escolarização desta população deveria ser implementada.

Em 2006, o Ministério da Educação pública o primeiro documento que definia o atendimento educacional especializado (AEE) a ser implementado em Salas de Recursos Multifuncionais, como:

[...] uma ação do sistema de ensino no sentido de acolher a diversidade ao longo do processo educativo, constituindo-se num serviço disponibilizado pela escola para oferecer o suporte necessário às necessidades educacionais especiais dos alunos, favorecendo seu acesso ao conhecimento (BRASIL, 2006).

Em 2008, é aprovada a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Neste documento, a Educação Especial é apresentada de modo integrado à proposta pedagógica da escola regular,

Promovendo o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nestes casos e outros, que implicam em transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais desses alunos (p.9)

Sendo assim, considerada pessoa com deficiência

Aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade.(p.9)

Neste documento, a educação especial é apresentada como apoio às necessidades do alunado classificado como população alvo e não de modo amplo como a responsável pela implementação da escola inclusiva.

Com relação à escola, as políticas de inclusão indicam a necessidade de reorganização e de adequação à heterogeneidade de seu alunado, evidenciando a necessidade de apoio para implementação da educação para todos.

O cumprimento de direitos educacionais no Brasil é parte de um conjunto de medidas implantadas que tem sido denominado de “política de inclusão social”. Esse processo iniciou-se na mesma década em que o país redimensionou sua estrutura administrativa, econômica e política com a implantação de uma Reforma de Estado. Essa reforma, implantada no Governo Fernando Henrique Cardoso, propõe novas formas de divisão de responsabilidades entre Estado e Sociedade, para atender às demandas do movimento de globalização do capitalismo (BRASIL, 1995, CARDOSO, 1998; BRESSER PEREIRA, 1998).

Ainda em 2008, foi aprovado o Decreto no 6.571/2008, que dispõe sobre o atendimento educacional especializado. Para a implementação desse Decreto, a Resolução CNE/CEB, no 4/2009, instituiu as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial que, em seu artigo 5º, define:

O AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios (BRASIL, 2009).

Vale destacar a centralidade do AEE, implementado nas salas de recursos multifuncionais, na atual política de educação especial brasileira. O que indica o modo como a escolarização de alunos com necessidades educacionais especiais será organizada: em escolas regulares públicas, nas classes comuns com o AEE ocorrendo no contraturno.

Entretanto, ainda é considerável o número de alunos com deficiência em regime segregado atendidos pelas instituições especiais de caráter filantrópico, principalmente, quando se atenta à situação do atendimento a essa demanda no estado do Paraná, visto que de acordo com a resolução N.º 3600/2011 – GS/SEED, o secretário de Estado da Educação, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Decreto n.º 02, de 01/01/2011, e considerando o disposto na Lei de

Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9394/1996, nas Deliberações n.º 02/2003 e 02/2010 e no Parecer n.º 108/2010, e todos do Conselho Estadual de Educação, resolve:

Art. 1.º Autorizar a alteração na denominação das Escolas de Educação Especial para Escolas de Educação Básica, na modalidade de Educação Especial, com oferta de Educação infantil, Ensino Fundamental – anos iniciais, Educação de Jovens e Adultos – Fase I, e Educação Profissional/Formação inicial, a partir do início do ano letivo de 2011.

Em seu artigo 2º, autoriza a participação das instituições em todos os programas e políticas públicas da área da educação, o que garante a manutenção dos subsídios públicos para o setor privado e dos alunos com necessidades educacionais especiais em espaços segregados de ensino.

Em agosto de 2013, é sancionada a Lei 17656/2013, que institui o programa estadual de apoio permanente às entidades mantenedoras de escolas que ofertam Educação Básica na modalidade Educação Especial, denominado *Todos Iguais pela Educação*.

Com base no PPA (2008-2011), nos últimos anos, o Governo Federal tem procurado atuar de forma articulada no atendimento aos direitos das crianças e adolescentes, estando em execução o **Plano Presidente Amigo da Criança**, que reúne um conjunto de ações do PPA com objetivo de alcançar quatro compromissos: promover vidas saudáveis; prover educação de qualidade; proteger contra o abuso, a exploração e a violência; e combater o HIV/aids.

No campo da educação, especificamente, merece destaque a aprovação do **Fundeb**, fundamental para o financiamento da educação básica; a ampliação e aperfeiçoamento das ações de apoio ao **transporte escolar**, ao **livro didático** e à **alimentação escolar**; além da criação de um sistema nacional de formação de professores e demais profissionais da educação que tem ofertado cursos de graduação e outros para mais de 200 mil profissionais.

Na área de educação, os últimos Censos Escolares vêm registrando aumentos significativos no número de matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais.

Entre 1998 e 2006, houve crescimento de 107,6% no total das matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais, passando de 337

mil alunos para 700 mil. No atendimento inclusivo - realizado em classes comuns de escolas comuns - houve crescimento de 640% das matrículas, passando de cerca de 44 mil, em 1998, para 325 mil alunos, em 2006.

As ações de governo voltadas para o atendimento desta população têm sido marcadas por avanços, incluindo normatizações que buscam a inclusão das pessoas com deficiência nos vários campos da vida social. Aqui cabe destaque para o Programa Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência e para o Programa Nacional de Acessibilidade.

No primeiro caso, busca-se assegurar os direitos e combater a discriminação contra as pessoas com deficiência, contribuindo para sua inclusão ativa no processo de desenvolvimento do País. O Programa Nacional de Acessibilidade visa a garantir: o direito de ir e vir a todos os brasileiros; seu acesso à informação, à comunicação e aos equipamentos, além de ajudas técnicas, que lhes assegurem autonomia, segurança e qualidade de vida. Assim, o maior desafio das políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência consiste na ampliação e consolidação dos direitos da pessoa com deficiência, sempre em parceria com a sociedade, que tem papel fundamental na promoção de medidas.

Segundo a Lei Todos Iguais pela Educação, o estado do Paraná garantirá aos alunos com necessidades educacionais especiais, mediante instrumento administrativo legal adequado, o acesso igualitário aos benefícios dos programas educacionais suplementares disponíveis para o respectivo nível de ensino, incluindo os programas de alimentação e transporte escolar, construção, ampliação e reforma das unidades escolares, suprimento de mobiliários, equipamentos e materiais e capacitação. Além disso, designará professores, pedagogos e agentes educacionais para prestarem serviços “nos programas educacionais ofertados pela Entidade Mantenedora, em conformidade com o número de alunos matriculados na escola” (PARANÁ, 2013). Isto é, terá direito e acesso a todos os convênios e investimentos de órgãos públicos, mesmo sendo uma instituição privada.

Baseando-se no DEEIN/2009

O Paraná conta com 394 Escolas de Educação Especial. Dessas, 384 são entidades filantrópicas e possuem Convênio de Cooperação Técnica e Financeira com a SEED/DEEIN, 10 outras possuem Convênio Técnico, uma vez que, são escolas especiais que integram a rede municipal. O Estado conta ainda com 02 escolas públicas de educação especial, uma na área da surdez e outra destinada ao atendimento de alunos que apresentam altíssimas especificidades nas áreas da deficiência intelectual, transtornos globais do desenvolvimento e múltiplas deficiências. Em dezembro de 2009, integram o Convênio da SEED/DEEIN com as Entidades Mantenedoras de Escolas de Educação Especial, 4 503 professores pertencentes ao Quadro Próprio do Magistério e 2 483 professores conveniados, através de repasse financeiro, responsável pelo atendimento de 41 529 alunos que recebem escolaridade nessas escolas. (p.12)

Por meio de reformas educacionais e políticas de financiamento da educação básica, a União promove, em acordo com as exigências dos organismos internacionais, a ampliação do acesso à escola regular com recursos públicos oriundos de Fundos específicos. Atualmente, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) atende a modalidade da educação especial e destinam recursos ao atendimento dos alunos com deficiência matriculados nos bancos escolares regulares públicos.

Entretanto, no caso do Paraná, atenta-se nos recursos públicos que são repassados para as instituições privadas de caráter filantrópico por meio da celebração de convênios com o governo estadual. No caso, da instituição pesquisada, além do estadual, possui também com o município e, com isso, com a secretária da assistência social, S.U.S (Sistema Único de Saúde), MEC, PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) e o financiamento que é vindo de recursos próprios, que são as doações da comunidade e o clube de campo que a instituição possui, que é um espaço de lazer com quadras de esporte e espaço para fazer festa que é alugado para a comunidade.

Percebe-se que, no estado do Paraná, há uma contradição entre o que é deferido em sua política pública e o que é encontrado na prática.

Com base no DEEIN/2009, documento intitulado “Política Estadual de Educação Especial na Perspectiva da Inclusão”, no qual se sintetiza o conjunto de princípios e práticas que norteiam as políticas educacionais implementadas pelo Governo do Estado do Paraná em relação ao respeito e ao reconhecimento do

direito das pessoas com deficiência, orienta-se que o aluno da educação especial deve estar, preferencialmente, matriculado na rede regular de ensino, com os apoios especializados disponibilizados para seu processo de aprendizagem. Embora a escola regular seja o local preferencial para promoção da aprendizagem dos alunos, há uma parcela de crianças, adolescentes e adultos que, em função de seus graves comprometimentos, requerem ainda que seu atendimento educacional seja realizado em escolas de educação especial.

Assim, com esse propósito, busca-se que o processo de inclusão educacional seja efetivo, assegurando o direito à igualdade com equidade de oportunidades. Isso, não significa um modo igual de educar a todos, mas uma forma de garantir os apoios e os serviços especializados para que todos aprendam e participem, independente de suas singularidades. Com isso, desenvolver-se-á uma inclusão responsável, a qual se fundamentará em uma nova forma de pensar e estruturar políticas e estratégias educativas aos alunos com necessidades especiais, de modo, a não apenas criar oportunidades especiais, mas, sobretudo, garantir condições indispensáveis para que possam manter-se na escola e aprender (DEEIN/2009, p. 10)

Contudo, proponho uma reflexão sobre como assegurar o direito à igualdade de ensino, que é exposto na política pública, em um espaço segregado de ensino. Não há uma garantia de educação democrática com qualidade de ensino aos alunos portadores de necessidades especiais nesses espaços e, com isso, também não há uma inclusão desses sujeitos na sociedade, há apenas pseudoinclusões, pois não se desenvolve no cotidiano uma inclusão plena. Pode-se exemplificar isso, pautando-se em uma entrevista² a qual retrata a subalternidade das instituições especiais no estado do Paraná perante a ação de “politicagem” do governo estatal.

Com base nessa entrevista, a composição e estrutura da instituição é em face legítima composta por voluntários, pais empenhados que buscam o melhor para os filhos. Entretanto, a face deletéria é a da organização política controlada pela sua federação, colocando os interesses de dirigentes acima das pessoas assistidas, manobrando a deficiência como mero instrumento para o acesso

² Entrevista disponível no site <http://jornalggn.com.br/noticia/a-apae-exemplar-que-foi-descredenciada-pela-federacao-por-fazer-educacao-inclusiva>

às verbas públicas e para promoção política, constituindo-se, hoje em dia, no principal obstáculo à educação inclusiva.

As fontes de recursos dessas instituições são convênios com estados e municípios, doações de particulares, convênios com o MEC, através da Secretaria de Educação Especial e do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), que paga sem passar pelos municípios, convênios com os Ministérios da Saúde e do Desenvolvimento Social.

Pautando-se na entrevista, conseguiram esses recursos através de *lobby* junto à SEE, que em 1994 incluiu esse privilégio na LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Para obter a adesão de tal instituição aos novos tempos, Fernando Haddad imaginou um modelo que ampliasse ainda mais os recursos, através do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), uma conta onde União, Estados e Municípios registram seus gastos obrigatórios com educação. Por definição, o FUNDEB só poderia apoiar escolas públicas, assim Haddad criou a figura da dupla matrícula para a inclusão, abrindo uma exceção para as filantrópicas, possibilitando às escolas pública a terceirização dessa segunda matrícula para instituições filantrópicas.

Cabe a cada Secretaria municipal ou estadual definir as parcerias. No caso da primeira matrícula, é obrigatório que ela seja realizada na rede regular de ensino, já o caso de segunda matrícula, é "preferencialmente" na rede regular, mas podendo ser terceirizada para a filantrópica mediante a apresentação de um projeto de atendimento ao aluno. Esse acordo foi sacramentado no Congresso Nacional, possibilitando que essas instituições especiais não perdessem suas verbas tradicionais, além de ter o direito aos recursos referentes à segunda matrícula do Fundeb, no caso de atendimento especial a crianças na rede pública.

A priori, julgou-se que o objetivo maior de tais instituições fosse a melhoria das condições de seus alunos, entretanto, era a consolidação de outros interesses, principalmente de dirigentes com propósitos políticos, mais preocupados em ampliar o acesso às verbas públicas do que promover a inclusão de seus alunos.

Assim, ao longo dos anos, tais instituições especiais foram sendo apropriadas por grupos políticos, criando uma rede de interesses que se superpôs aos próprios interesses das pessoas com deficiência e ao objetivo inicial de tais

espaços que era promover a inclusão dos sujeitos com necessidade especial a sociedade. Haja vista que, na teoria, cada instituição especial, na esfera municipal, é independente, porém, na prática, dependem da certificação de sua federação para terem acesso às verbas públicas, o que consolida as influências e o poder dos políticos sobre esses espaços.

3 Política de Educação Especial e a Reestruturação de instituições especiais no Paraná : Um balanço da área

O levantamento da produção acadêmica na temática “Política de Educação Especial e a Reestruturação de instituições especiais no Paraná” foi um dos caminhos percorridos nesta pesquisa e foi estruturado a partir de três bases de dados: ANPED - “Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação”; SCIELO - “Scientific Electronic Library Online”; e CAPES - “Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior”.

A escolha dessas bases de dados deu-se pelo fato de que essas fontes concentravam os principais periódicos na temática pesquisada, além de ser, atualmente, um dos meios mais utilizados para publicação científica e divulgação de pesquisas acadêmicas de qualidade.

Partindo disso, o primeiro passo foi encontrar pesquisas e estudos em artigos, dissertações e teses que tratavam sobre a temática de estudo, a partir da leitura de títulos e resumos.

Para encontrar estudos relevantes na área, foi preciso inicialmente escolher descritores que facilitassem o trabalho da busca de pesquisa, assim, foi escolhido dois descritores: Educação Inclusiva e Educação Especial. A utilização de tais descritores abrangeu um resultado de centenas de trabalhos, em sua maioria, não relevante para a presente pesquisa, pois nem concentrado na área educacional estava, assim, foi necessário verificar, nas palavras chaves dos resumos e nos próprios resumos, a existência de pesquisas que abrangessem conceitos, como Estado, Público X Privado, Filantropia, Inclusão e Exclusão, Financiamento Educacional, Legislação Educacional, e Instituição Especial, tendo o cuidado de perceber se as definições de tais conceitos estavam pautadas no referencial teórico do materialismo histórico dialético.

Após a seleção de estudos relevantes para a pesquisa “Política de Educação Especial e a Reestruturação de Instituições Especiais no Paraná”, analisou-se cada um por meio de um roteiro de leitura baseado em Nunes et. Al (1998). Tal roteiro indica: periódico, ano, caráter do artigo, autor, objetivo, metodologia, sujeito, público alvo, resultado e referencial teórico, que facilitou na organização e análise das leituras para o desenvolvimento da pesquisa.

Nas três bases de dados: ANPED, SCIELO e CAPES, verificou-se um total de 8.410 trabalhos entre dissertações, teses e artigos científicos no período pesquisado, de 2002 a 2012, com os descritores educação especial e educação inclusiva. Esse período foi escolhido, pois retrata uma década com muitas mudanças na área da educação especial. O ano de 2013 não foi inserido no balanço, pois foi o ano em que a pesquisa foi desenvolvida e escrita. A seguir uma análise mais detalhada dessas bases de dados.

3.1 ANPED

A primeira fonte de pesquisa utilizada foi a ANPED, em que foi analisado o grupo GT 15 de Educação Especial. O levantamento contemplou da 25ª à 35ª reunião, isto é, do ano de 2002 a 2012, no qual foram encontrados 188 artigos, entretanto, desse total apenas 7 artigos tratavam de conceitos como: filantropia, Estado, instituição especial, público X privado, política pública em educação especial, conceitos relevantes para o desenvolvimento da pesquisa em questão. Porém, nenhum artigo tratando especificamente do financiamento da educação especial e/ou reestruturação das instituições especiais paranaenses.

A seguir, o Quadro 1 apresenta os 7 artigos relevantes encontrados na pesquisa da ANPED.

Quadro 1- Trabalhos da ANPED que fazem referência à Política de Educação Especial e a Reestruturação de instituições especiais no Paraná

Ano	Título	Autor
2002	Exclusão do público, inclusão do privado: a terceirização dos serviços na educação especial	Shirley Silva
2002	Estado e educação: implicações do liberalismo sobre a constituição da educação especial e inclusiva	Paulo Ricardo Ross
2004	Políticas públicas contemporâneas para a educação especial: inclusão ou exclusão?	Maria Auxiliadora Monteiro Oliveira. Cláudia Tavares do Amaral.
2004	Discursos políticos sobre inclusão: questões para as políticas públicas de educação especial no Brasil	Rosalba Maria Cardoso Garcia.
2005	Educação x necessidades especiais: uma questão política e discursiva	Adriana Lia Friszman de Laplane
2008	Apaes educadora e a organização do trabalho pedagógico em instituições especiais.	Silvia Márcia Ferreira Meletti.
2011	A sociedade pestalozzi e a educação especial em Minas Gerais nas décadas de 1930 e 1940.	Heulalia Charalo Rafante Roseli Esquerdo Lopes

Fonte: Elaboração própria com base no banco de dados da ANPED (2013).

O trabalho “Estado e educação: implicações do liberalismo sobre a constituição da educação especial e inclusiva” é um ensaio teórico o qual teve como objetivo geral compreender as relações entre Estado, educação e a pessoa com deficiência, bem como as perspectivas das políticas educacionais nos anos 90 e a construção da qualidade em educação. Ele analisa a institucionalização do Estado do bem-estar e expõe dois lados do Estado: o interventor, que procura combater a desigualdade, as iniquidades e injustiça social; e o contrário a isso, isto é, o deteriorador das condições sociais do sujeito.

Esse trabalho também apresenta a compreensão do conceito de democracia para os gestores do neoliberalismo. A democracia passa a ser

concebida a partir de duas categorias extremas e opostas. “Friedrich Hayek definiu essa contraposição como a antinomia existente entre uma democracia sem adjetivos, *limitada* e uma democracia *ilimitada*, caracterizando a primeira como o único tipo de regime participativo que os neoliberais poderiam aceitar e defender” (In GENTILI, 1998, p. 51). A democracia não teria um fim em si mesmo, mas seria um método e um conjunto de regras e procedimentos para regulamentar a eleição de governantes.

Como se pode perceber, essa filosofia busca estabelecer um retorno a uma “essência” original tanto do indivíduo como da liberdade e da própria democracia. As transformações histórico-sociais processadas pelos homens em sociedade não passariam de contornos desnecessários. Trata-se, pois, de uma negação da história. Na verdade, a democracia não pode ir além de sua essência com a qual foi criada. Hayek contrapõe o liberalismo ao primitivismo.

Enquanto a ordem primitiva se caracterizava pela liberdade instintiva entre os homens, o liberalismo é fundado no individualismo consciente, a liberdade individual. A democracia acaba se desmoronando quando se vê obrigada a manter mecanismos de justiça e igualdade social, dado seu caráter primitivo e anti-individualista. Prega-se, assim, a indiferença moral, o que significa a neutralidade da democracia, sua subordinação ao mercado capitalista.

Ao relacionar o conceito de democracia com a educação especial, o estudo observa que, ao invés de neutras, as ações políticas dos dirigentes são intencionalmente organizadas para proteger, assistir, manipular e perpetuar a dependência das pessoas com deficiência, situadas no conjunto das classes trabalhadoras e subalternas da sociedade. É preferível tomá-las como dependentes, incapazes, assexuadas, “sem maldade”, sem desejos, passivas, enfim, indiferentes aos direitos e às conquistas já produzidos por homens e mulheres que se julgam responsáveis pela construção da ordem social. Concebê-los, assim, permite a perpetuação das desigualdades entre os “capazes” e “incapazes” quanto ao direito à participação nos processos decisórios da sociedade. Assim, neste caso, a participação das pessoas com deficiência na legitimação de determinadas políticas educacionais e sociais, por exemplo, não é outra senão simulação destinada a legitimar decisões tomadas por outros, pois não é dada voz ao sujeito com deficiência.

O artigo “Educação x necessidades especiais: uma questão política e discursiva” também é um ensaio teórico, no qual é apresentada uma análise dos movimentos sociais presentes entre as décadas de 50 e 70 que reivindicavam direitos sociais à população. Além disso, expõe também uma análise sobre o discurso que se desenvolve e que se faz sobre a educação especial e sobre a necessidade especial, abrangendo sempre as dificuldades e a incapacidade, isto é, apresentando o indivíduo com deficiência como um sujeito não pleno, condicionando-o sempre como um ser dependente.

O mesmo estudo aborda também a função da educação especial apresentada nos discursos oficiais, para ele, as ideias que prevalecem nos documentos oficiais estão relacionadas ao desenvolvimento, ao preparo para a vida adulta e à cidadania, o que conduz à conclusão de que o conceito de educação não tem um vínculo forte com o atendimento de necessidades. Isso pode ser constatado tanto no plano discursivo, nos documentos citados, como no cotidiano escolar, marcado pela dificuldade de implementar políticas verdadeiramente inclusivas. O estudo ainda expõe que a dificuldade de planejar uma política, que atenda às necessidades dos alunos, decorre do fato de que o sistema, apesar dos discursos, funciona de acordo com uma dinâmica própria que atende às suas próprias necessidades as quais são ensinar um grande número de alunos, uma variedade de conteúdos curriculares, em um espaço de tempo limitado, com a maior economia de recursos materiais e humanos possíveis, o mais eficientemente possível, dentro dessas condições. Entretanto, o estudo apresenta essas análises de forma muito sucinta, assim não aprofundando os conceitos de maneira mais densa, deixando-os com caráter comum.

Outro artigo, que se propõe a fazer uma análise do discurso, é “Discursos políticos sobre inclusão: questões para as políticas públicas de educação especial no Brasil”, no entanto, diferentemente do anterior, esse desenvolve uma análise mais aprofundada e mais densa.

Esse artigo teve como objetivo discutir as políticas de “inclusão” no Brasil, mais especificamente aquelas relacionadas à educação especial. Para tanto, apreende os discursos políticos sobre inclusão no âmbito nacional e internacional, buscando compreender suas filiações teóricas, fundamentadas em uma análise documental.

Para esse estudo, o discurso é uma prática política, é expressão e constituição da realidade social, não o único, mas um elemento fundamental da constituição de um conjunto de relações sociais. Assim, para desenvolver a análise de discurso dos documentos de políticas pública nacional e internacional nesse artigo, foi preciso se embasar em outros autores que fazem o mesmo trabalho, como Eni Orlandi (1996;2001), Mikhail Bakhtin (1997) e Norman Fairclough (2001).

Enquanto considerações finais, o mesmo encontrou três pontos de tensão (termo esse utilizado pelo próprio estudo) nos documentos de política de educação especial. O primeiro deles é que a política nacional incorpora a noção de educação especial como “serviço” podendo ser ofertado tanto pela esfera pública, como privada. O segundo é localizado sobre as formas organizativas do trabalho pedagógico: a política nacional de educação especial na educação básica assume uma abordagem educacional em antagonismo ao modelo clínico de atendimento, o qual se baseava em diagnósticos. Na política atual a ênfase está colocada sobre a abordagem das necessidades educacionais especiais, como forma de retirar o foco dos diagnósticos de deficiência e colocá-lo sobre as necessidades de aprendizagem. Outro ponto tenso encontrado seria da formação dos profissionais da área de educação especial, em que se classificam como capacitados ou especializados, havendo assim uma hierarquização e divisão do trabalho no qual há o que orienta (especializado) e o que executa (capacitado).

O artigo “Exclusão do público, inclusão do privado: a terceirização dos serviços na educação especial”, embora não trate especificamente do financiamento da educação especial, aborda o conceito de filantropia de uma maneira que abrange e dá suporte para uma análise mais aprofundada do mesmo.

Esse estudo também é um ensaio teórico em que inicialmente aborda uma compreensão na “crise” da educação especial, devido às discussões presentes na mesma e na política da área entre o embate inclusão X segregação. Para esse estudo, há uma política em curso diretamente vinculada às formas de se tratar as políticas sociais no contexto do pensamento neoliberal, onde busca-se através da privatização ou da terceirização de ações de responsabilidade do poder público um barateamento dos serviços prestados. Nesta situação está enquadrada a educação especial, pois a mesma é realizada normalmente em instituições especiais de ensino mantidas por meio de convênios com o órgão público ou doações, tendo assim, um caráter filantrópico e de caridade.

Esse artigo também apresenta o descaso e o afastamento do Estado referente às suas obrigações e AOS SEUS deveres, como é o caso da educação. Para o estudo, a transferência de responsabilidades públicas para setores privados compreende uma das grandes tendências privatistas do setor educacional, invadindo espaços que o Estado ocupava ou pelo menos deveria estar ocupando. Nesse sentido, a privatização educacional é mais difusa e indireta que a privatização das instituições produtivas, pois “privatização”, no sentido amplo, tem significado de “liberalização”, de reforço do não-público, do privado não-lucrativo, do terceiro setor, ou seja, do trabalho filantrópico, do não-governamental.

Ele reforça e alerta que essa é a principal caracterização e constituição da educação especial, o que implica uma retração progressiva da intervenção do Estado na área, pois antes as ações promovidas pela sociedade civil, no caso, instituições especiais de ensino, buscava distinção das entidades de assistência; hoje, possui o perfil de prestadora de serviço que permite à população reivindicar diretamente a elas seus serviços, ignorando as responsabilidades do setor público e comprometendo a sua própria concepção de direito social.

Para esse estudo, a assistência social cristaliza-se como o atendimento para os “portadores de algo”, os “carentes”. Segundo Sposati, ao deslocar a análise do campo da igualdade e dos direitos para a “carência” como um fato absoluto e, não, decorrente da dimensão econômica e política pela qual a sociedade se organiza, está-se tratando a questão apenas no campo ético-social, através da perspectiva humanitária, transformando direito em concessões. O atendimento aos carentes não ocorre apenas na área pública, mas no “investimento” que a sociedade faz sobre si mesma, através das intervenções, atrás da cortina da “caridade”, cumprindo justamente o papel de tentar ocultar formas de segregação social. Essa solidariedade às avessas, realizada por setores da sociedade, irá fortalecer o pensamento assistencial e se expandir ainda mais com a falta de compromisso dos poderes públicos.

O artigo “Políticas públicas contemporâneas para a educação Especial: inclusão ou exclusão?” é um relato de pesquisa que teve como objetivo analisar as políticas de inclusão escolar dos denominados portadores de necessidades especiais em instituições regulares de ensino.

O estudo foi organizado em quatro partes. A primeira é uma análise do contexto sócio-político e econômico da ação dos organismos financeiros

internacionais que têm provocado uma série de reformas que estão impactando a educação brasileira e, de modo mais específico, a educação especial, como é o caso do Banco Mundial. A segunda parte faz uma síntese da história da educação especial, a qual se fundamenta na legislação e em autores, como Manazzota. A terceira explicita a investigação feita e realizada em uma escola municipal em Belo Horizonte a qual recebe alunos especiais desde a década de 90. Na escola investigada e nas suas vinte turmas destinadas a quatro primeiras séries do ensino fundamental, estão matriculados 41 alunos especiais. Para o desenvolvimento da pesquisa, utilizou-se de instrumentos, como a análise de documentos, entrevistas semiestruturadas e questionários com os professores da instituição. Procurou-se investigar o perfil dos professores, verificando idade, estado civil, conhecimentos na área educacional, habilidade com o uso do computador, hábito de leitura e formação e experiência na área de educação especial. E a quarta parte, as considerações finais, nas quais se verificou que, na instituição pesquisada, não há uma cultura de educação inclusiva, embora há empenho e intenção por parte dos professores, entretanto, falta estrutura adequada e investimento necessário, tanto na parte de profissionais preparados, como infraestrutura apropriada, para isso é necessário um maior comprometimento dos gestores das políticas educacionais.

Os próximos dois artigos, encontrados no banco da Anped, referem-se a estudos relacionados à institucionalização da educação especial brasileira, nos quais se prega a inclusão, entretanto, estimula-se o desenvolvimento da segregação (e se desenvolve a segregação) dos indivíduos com deficiência em espaços, na maioria das vezes, de cunho filantrópico e assistencial, assim havendo pouco espaço para o pedagógico e profissional.

O artigo “Apae educadora e a organização do trabalho pedagógico em instituições especiais” é um ensaio teórico que tem como objetivo apresentar uma discussão acerca da pessoa com deficiência mental, analisando os mecanismos de adequação às exigências legais e normativas, no sentido de assumir a educação escolar como eixo do trabalho institucional, compatibilizando-o com as necessidades especiais de seus educandos. Teve como metodologia a análise documental, tendo como referência os pressupostos teóricos da análise de discurso conforme propostos por Orlandi (2003).

Esse trabalho apresenta uma breve caracterização e análise entre o público X privado e o conceito de filantropia ao abordar o afastamento do Estado e a

institucionalização da educação especial. Enquanto considerações finais, ele expõe que há no discurso oficial uma apropriação do discurso de “pedagogização” da instituição especial, mesmo quando o que se evidencia no dia a dia é seu caráter reabilitador. Há também uma aparente transformação, pois, na verdade, há uma manutenção da pessoa com deficiência na condição segregada no âmbito da filantropia sem distinção entre reabilitação e educação, isto é, o não acesso aos processos efetivos de escolarização.

O outro artigo, “A sociedade Pestalozzi e a educação especial em Minas Gerais nas décadas de 1930 e 1940”, expõe a institucionalização da educação especial. Esse estudo pode ser caracterizado como parte de um estudo maior feito pela autora, já que a mesma desenvolveu sua tese de doutorado nessa temática. Com isso, o artigo tem como objetivo trazer à tona as ações da Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais na organização de um programa de Educação Especial nesse estado, tendo como metodologia a análise documental da Fundação Helena Antipoff, em Ibituripe (MG). O trabalho foi realizado, pois não foi encontrado nenhum estudo a respeito das ações da Sociedade Pestalozzi, instituição essa de muito poder na educação especial brasileira, por isso, o estudo apresenta uma síntese das ações e atividades desenvolvidas por essa instituição, direcionadas ao atendimento dos “excepcionais” no estado de Minas Gerais nas décadas de 1930 a 1940.

Como conclusão do estudo, esse artigo destaca três problemas do ensino: orientação profissional da criança não ocorria nas escolas; a formação física, moral e intelectual incompleta das crianças ao saírem da escola primária; e o problema das crianças “em perigo moral”, esse último detectado durante o processo de homogeneização das classes. Assim, percebeu-se que a escola não atendia às necessidades de todas as crianças, com isso Helena Antipoff mobilizou a sociedade e os governos estaduais e municipais para estabelecer esse atendimento especializado que passou a ser organizado pelas instituições, como a Sociedade Pestalozzi.

3.1.1 CAPES

A segunda fonte foi o banco de tese e dissertações da CAPES em que foram utilizados os descritores Educação Especial e Educação Inclusiva, em uma busca feita entre o período de 2002 a 2012. Com o descritor Educação

Especial, foram encontrados 5 568 estudos em dissertações de mestrado, enquanto em tese de doutorado 1 508 no mesmo período pesquisado. Já, com o descritor de Educação Inclusiva foram encontrados 1 059 em dissertações e 239 em teses. Entretanto, desses apenas 35 em dissertações de mestrados e, 21, em teses de doutorado que de certa forma auxilia a proposta desta pesquisa.

Para uma melhor análise, esses artigos foram divididos entre dissertações e teses e separados por temática (Política Pública, Inclusão, Público X Privado, sendo esse relacionado também às instituições especiais de ensino e à filantropia, Financiamento, Estado) e tipo (Ensaio Teórico, Relato de pesquisa e Estado da Arte).

A seguir, o Quadro 2 apresenta os artigos relevantes encontrados nas pesquisas da CAPES.

Quadro 2- Trabalhos da Capes que fazem referência à Política de Educação Especial e a Reestruturação de instituições especiais no Paraná

Ano	Título	Dissertação/ Tese	Tema/Tipo	Autor
2002	Política Pública de inclusão escolar no estado do Paraná: e sua implementação no município de Cascavel-PR.	Dissertação	Política Pública/ Relato de Pesquisa	Anália Fiorini Ogura
	As políticas de educação especial na rede municipal de ensino de Porto Alegre:1989 a 2000	Dissertação	Política Pública/ Relato de Pesquisa	Francisco Dutra dos Santos Jr.
2003	A Política Nacional de Educação Especial no Brasil Pós 1990.	Dissertação	Política Pública/ Ensaio Teórico	Andreia Cristina Alves Pequeno
	A responsabilidade social das empresas e os projetos sociais: filantropia ou emancipação social?	Tese	PúblicoXPrivado/ Relato de Pesquisa	Elizabeth Regina Negri Barbosa
2004	X	X	X	X
2005	X	X	X	X
2006	Parcerias Estado e Organizações Especializadas: Discursos e Práticas em Nome da	Dissertação	PúblicoXPrivado/ Ensaio Teórico	Edgilson Tavares de Araújo

	<p>bidocência</p> <p>Ressignificando a educação especial a partir da complexidade e do pensamento eco-sistêmico.</p>	Tese		Roberta Galasso Nardi.
2008	<p>Políticas públicas de educação e inclusão de alunos com deficiência na secretaria municipal de educação/RJ: atuação do ministério público e as experiências da escola municipal Leônidas Sobrião Porto</p> <p>Inclusão exclusiva ou exclusão inclusiva do deficiente mental: uma questão de políticas públicas.</p> <p>A APAE Educadora: na prática de uma unidade da APAE de Porto Alegre.</p> <p>Políticas para a educação inclusiva: formação de professores</p> <p>Da educação especial à (re)invenção da escola para todos: exclusão, inclusão escolar e educação inclusiva [1994-2008].</p> <p>Escolarização inclusiva de alunos com necessidades especiais: um estudo de caso de um município paulista</p> <p>Educação especial em tempos de inclusão - política educacional e laços sociais</p> <p>Qualidade e equidade na educação básica brasileira: as evidências do SAEB 1995-2003</p>	<p>Dissertação</p> <p>Dissertação</p> <p>Dissertação</p> <p>Dissertação</p> <p>Tese</p> <p>Tese</p> <p>Tese</p>	<p>Estado/ Relato de pesquisa</p> <p>Política Pública/ Ensaio Teórico</p> <p>PúblicoX Privado/ Relato de Pesquisa</p> <p>Política Pública/Relato de pesquisa</p> <p>Inclusão/ Ensaio Teórico</p> <p>Inclusão/ Relato de Pesquisa</p> <p>Política Pública/ Relato de Pesquisa</p> <p>Público X Privado/ Relato de Pesquisa</p>	<p>Janaina Vaz Candela Pagan</p> <p>Marise Mendes Silverio.</p> <p>Neusa Teresinha Machado Salaberry</p> <p>Sandra Freitas de Souza</p> <p>Suely Miranda Mônaco</p> <p>Lia Raquel Pereira de Souza Carvalho.</p> <p>Maria Alice Rosmaninho Perez</p> <p>Renato Judice de Andrade</p>

2009	A Política Pública para a Educação Especial na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal: retratos e perspectivas na cidade de Santa Maria	Dissertação	Política Pública/ Relato de pesquisa	Ana Cláudia Rodrigues Fernandes
	Políticas Públicas de Educação Inclusiva a Partir da LDB: Impacto dos Princípios e Diretrizes Internacionais	Dissertação	Política Pública/ Ensaio Teórico	Ivana de Siqueira.
	Educação Básica, Educação Especial, Inclusão dos Discursos Políticos Educacionais	Dissertação	Inclusão/Relato de pesquisa	Juliana Simões Bolfe
	Entre Leis e Decretos sobre Inclusão: a produção de sujeitos	Dissertação	Política Pública/ Ensaio Teórico	Letícia Lorenzoni Lasta
	O discurso da educação inclusiva em tempos neoliberais: a nova (de)limitação do campo educativo na lógica excludente	Dissertação	Inclusão/ Ensaio Teórico	Maria Liege Crisóstomo de Medeiros
	Políticas Públicas de Educação Especial na Rede de Ensino da Secretaria de Estado da Educação do Estado de São Paulo - o SAPE	Dissertação	Política Pública/ Relato de Pesquisa	Telma Maria Aparecida Nogueira Florido
	Política educacional inclusiva: O caso de Escolas Públicas de Niterói e São Gonçalo	Dissertação	Política Pública/ Relato de Pesquisa	Vinicius Ferraz Bruno
	Políticas públicas e formação de professores: vozes e vieses da educação inclusiva	Tese	Política Pública/ Ensaio Teórico	Lázara Cristina da Silva
	Repensando a inclusão escolar de pessoas com deficiência mental: diretrizes políticas, currículo e práticas pedagógicas	Tese	Política Pública/ Relato de Pesquisa	Márcia Denise Pletsch
	Avanços e impasses nas políticas públicas de inclusão: o centro de atenção à inclusão social de diadema	Tese	Política Pública/ Relato de Pesquisa	Marli Vizim

	<p>O financiamento da educação básica por meio de fundos contábeis: estratégia política para, a equidade, a autonomia e o regime de colaboração entre os entes federados.</p> <p>Educação Especial do século XIX ao início do século XX: cuidar e educar para civilizar</p> <p>Pacto federativo e financiamento da educação: a função supletiva e redistributiva da União – o FNDE em destaque</p>	<p>Tese</p> <p>Tese</p> <p>Tese</p>	<p>Financiamento/ Ensaio Teórico</p> <p>Inclusão/ Ensaio Teórico</p> <p>Financiamento/ Ensaio Teórico</p>	<p>Paulo de Sena Martins</p> <p>Rita de Cácia Santos Souza</p> <p>Rosana Evangelista da Cruz.</p>
2010	<p>O Ministério Público Estadual em defesa da Educação Inclusiva: um estudo de caso</p> <p>Educação inclusiva e a escola: saberes construídos</p> <p>As instituições especializadas e o movimento da inclusão escolar: intenções e práticas</p> <p>A Dialética da Inclusão em Educação: uma possibilidade num cenário de contradições – Um estudo de caso sobre a implementação da política de Inclusão para alunos com deficiências na rede de ensino Faetec</p> <p>A inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais no processo educativo escolar: uma experiência inversa</p>	<p>Dissertação</p> <p>Dissertação</p> <p>Tese</p> <p>Tese</p> <p>Tese</p>	<p>Inclusão/ Relato de Pesquisa</p> <p>Inclusão/ Relato de Pesquisa</p> <p>Inclusão/Relato de Pesquisa</p> <p>Inclusão/ Relato de Pesquisa</p> <p>Inclusão/ Relato de Pesquisa</p>	<p>Ana Priscila Gomes de Souza</p> <p>Cleusa Regina Secco Miranda</p> <p>Celi Corrêa Neres</p> <p>Bianca Fátima Cordeiro dos Santos Fogli</p> <p>Irene Elias Rodrigues</p>
2011	<p>Programa educação inclusiva: direito à diversidade - proposição/implementação no município de Feira de Santana-BA</p>	<p>Dissertação</p>	<p>Política Pública/ Relato de Pesquisa</p>	<p>Ana Paula de Oliveira Moraes Soto</p>

Políticas de educação inclusiva em tempos de Ideb: escolarização de alunos com deficiência na rede de ensino do município de Sobral-CE	Dissertação	Inclusão/ Relato de Pesquisa	Ana Paula Lima Barbosa Cardoso
Inclusão em educação: Das políticas públicas às práticas do cotidiano escolar	Dissertação	Inclusão/ Relato de pesquisa	Erika Souza Leme
Políticas Públicas para a Educação Inclusiva: Análise de Diretrizes Curriculares no Município de Curitiba	Dissertação	Política Pública/ Ensaio Teórico	Beatriz Micaloski Kowalski
Políticas Públicas de Educação Inclusiva: Uma Trajetória de Conquistas e Contradições	Dissertação	Política Pública/ Ensaio Teórico	Catia Alire Rodrigues Arend da Silva
A criança e a diferença em processo de inclusão: Uma aproximação entre o atendimento educacional especializado e a escola comum	Dissertação	Inclusão/ Relato de pesquisa	Martha Célia Vilaça Goyatá
Políticas públicas de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular: o caso da rede municipal de Canoas-RS	Dissertação	Política Pública/ Relato de Pesquisa	Neiva Marta Bartzen Acosta
Inclusão escolar do aluno com deficiência intelectual no estado de São Paulo: identificação e caracterização	Tese	Inclusão/ Relato de Pesquisa	Aline Aparecida Veltrone
Higienizar, Reabilitar e Normalizar: a constituição da escola especial	Tese	Inclusão/ Ensaio Teórico	Cristiane de Quadros Mansanera
Helena Antipoff, as Sociedades Pestalozzi e a Educação Especial no Brasil	Tese	Público X Privado/ Relato de Pesquisa	Heulalia Charalo Rafante
O Processo Inclusivo em uma Instituição Particular de Ensino Superior do Estado de São Paulo	Tese	Inclusão/ Relato de Pesquisa	Maria Helena Machado Piza

2012	X	X	X	X

Fonte: Elaboração própria com base no banco de dados da CAPES (2013).

No banco das dissertações de mestrado, no período pesquisado, foram encontradas no tema de Política Pública dezessete dissertações, sendo oito ensaios teóricos e nove relatos de pesquisas. Entre as pesquisas do tipo de Ensaio Teórico, percebeu-se uma maior relevância na metodologia de análise documental, sendo analisados sempre os documentos oficiais nacionais e internacionais. No mesmo tema, porém no tipo de relato de pesquisa, observou-se uma ênfase em analisar e comparar o que está na legislação com o que é vivenciado nas escolas. Vale ressaltar que, nessas dissertações, todos pesquisaram os professores e/ ou equipe pedagógica da escola para analisar a política pública de educação especial, entretanto nenhuma pesquisa se propôs em pesquisar os alunos especiais, ou seja, dar voz a pessoa com deficiência.

Outro tema muito discutido no banco das dissertações foi o de Inclusão. Nesse tema, dois estudos foram encontrados como ensaio teórico, nove, como relato de pesquisa e, um, como estado da arte.

No tipo de pesquisa de ensaio teórico é nítida a presença de analisar como é exposta a inclusão nos documentos que abrange a educação especial. Já, no estudo de relatos de pesquisa, ocorreu uma ênfase em fazer análise do discurso sobre a inclusão. Assim, como no tema anterior, há um destaque em se pesquisar os professores e ou equipe pedagógica da escola, analisando formação e capacitação profissional, metodologia e proposta pedagógica utilizada pela equipe da instituição escolar, entretanto, no tema de inclusão, foi encontrado um estudo que pesquisou os próprios alunos, assim dando voz ao sujeito.

Outros dois temas também encontrados, porém, com menos frequência, foram o Público x Privado e Estado.

No tema de Público X Privado, foi encontrado um estudo do tipo de relato de pesquisa intitulado de “A APAE Educadora: na prática de uma unidade da APAE de Porto Alegre” no qual foi desenvolvida, por meio de uma coleta sistemática de informações realizada através de revisão bibliográfica, fundamentação teórica da pesquisa, baseada nos princípios e concepções filosóficas do movimento acerca da

Pessoa Deficiente Mental e através de entrevistas. Como considerações finais, com relação ao ensino, a aprendizagem e a avaliação aproximam-se da concepção Inclusiva/Transformadora, mas em relação à proposta da APAE EDUCADORA, encontra-se fragilizada em suas ações.

Já, no tema Estado, também foi encontrado apenas um estudo, sendo também atribuído ao tipo de relato de pesquisa. Esse estudo desenvolveu uma análise de como estão sendo implementadas tais políticas na Escola Municipal Leônidas Sobriño Porto, considerando as práticas neoliberais infiltradas nas diversas instâncias sociais, inclusive na escola, bem como o papel do Ministério Público, no contexto do neoconstitucionalismo, reconhecendo-o como defensor dos direitos sociais e, portanto, da efetivação do direito à educação, objetivando a constituição de uma sociedade democrática, de uma educação para todos e uma escola pública inclusiva.

No tema de Financiamento, não foi encontrado nenhum artigo tanto na área de educação na modalidade regular de ensino, como na modalidade na modalidade especial.

Outro dado importante, em relação ao banco das dissertações é que nos anos de 2004, 2005 e 2012 não foram encontrados nenhum estudo relevante contendo esses temas, com base nos descritores utilizados na busca de pesquisa.

Já no banco de teses, verificou-se, assim como no banco de dissertação, uma concentração de estudos na temática de Política Pública e de Inclusão e, ao contrário das dissertações, foram encontrados dois estudos referentes ao tema de financiamento. Em relação ao tema Estado, não foi encontrada nenhuma pesquisa tratando especificamente sobre o mesmo em relação a educação especial.

Partindo disso, verificaram-se, nas teses abrangendo o tema de Política Pública, seis estudos, sendo cinco do tipo de relato de pesquisa e, um, do tipo de ensaio teórico. O do tipo do ensaio teórico pautou-se na análise dos documentos oficiais da área de educação especial, currículo e projetos de pesquisas voltados para a formação dos professores em relação ao processo de inclusão.

Em relação aos cinco estudos do tipo de relato de pesquisa, foram desenvolvidos e podem ser dispostos da seguinte forma:

- Observação e análise da proposta pedagógica do docente;

- O comportamento da comunidade escolar (professores, equipe pedagógica, e alunos) a respeito do processo de inclusão no estado do Rio Grande do Sul;
- Prática curricular e processo de aprendizagem com quatro alunos portadores de deficiência mental no estado do Rio de Janeiro;
- Observação da atuação dos professores no processo de inclusão em Diadema entre os anos de 1993 a 2004.
- Análise da atual política pública de educação especial em uma instituição escolar de São Paulo.

Nos estudos que abrangem o tema de inclusão foram encontradas dez pesquisas, sendo oito relatos de pesquisas e dois ensaios teóricos. Em Relação aos ensaios teóricos, o primeiro procurou analisar a constituição da educação especial no estado de Sergipe, na área médica e jurídica; e, o segundo, verificar o conceito de deficiência inventada pelo teórico Foucault na sociedade contemporânea. Em relação aos do tipo de relato de pesquisa, podem ser dispostos e explicados da seguinte maneira:

- Analisar o conceito de inclusão na legislação entrevistando os professores;
- Verificar o processo de inclusão no estado de São Paulo, entrevistando professores, profissionais da área da saúde, portadores de necessidades especiais e familiares dos mesmos;
- Pesquisar o desenvolvimento acadêmico dos alunos portadores de necessidades especiais e atividades utilizadas pelos professores;
- Analisar o processo de inclusão em duas escolas comuns no estado de MT;
- Analisar a trajetória da Escola Municipal de Ensino Fundamental Odinéa Leite Caminha, situada no município de Tucuruí, sudeste do Pará, a qual desenvolveu um método de inclusão diferenciado, construindo um processo de inclusão diferente do que se é previsto nos pressupostos legais. Essa instituição, voltada para a educação especial, abriu-se para receber alunos do ensino regular, visando ao acesso à educação de qualidade para todos indiscriminadamente;
- Pesquisar o processo de identificação e de avaliação dos alunos com necessidade intelectual;

➤ Duas pesquisas analisando o processo de inclusão no ensino superior, sendo um observando a instituição Faetec e outro entrevistando professores, alunos com necessidade educacional e aluna normal.

Na temática de Público X Privado foram encontrados três estudos do tipo de relato de pesquisas. O primeiro estudo analisa a trajetória de atuação da instituição Pestalozzi no processo de inclusão no Brasil. O segundo analisa a questão da responsabilidade social de duas empresas no estado de São Paulo. E o último faz uma análise referente à questão administrativa e ao desempenho do aluno com necessidade especial, verificando a influência da raça e gênero com base no SAEB.

Em relação ao tema de Financiamento, foram encontradas duas pesquisas com os seguintes objetivos: analisar as rupturas e continuidades entre o FUNDEF e FUNDEB e discutir as relações entre pacto federativo e financiamento da educação, tendo como eixo a problematização da função supletiva e redistributiva da União, especialmente pelas ações executadas pelo FNDE, no período de 1995 a 2006.

3.1.1.1 SCIELO

O terceiro banco de dados utilizado foi o SCIELO, do qual foram analisadas quatro revistas entre o intervalo de 2002 a 2012: Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação; Educação e Sociedade; Revista Brasileira de Educação; e Revista Brasileira de Educação Especial.

Do total dos artigos pesquisados, não foi encontrado qualquer estudo importante na Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em educação. Na revista Educação e Sociedade foram encontrados onze estudos, sendo que o ano de 2008 não apresentou nenhum estudo importante para o desenvolvimento da presente pesquisa. Na revista Brasileira de Educação, foram encontrados dois estudos, sendo um publicado no ano de 2005 e, o outro, no ano de 2011. Já na Revista Brasileira de Educação Especial, foram encontrados seis estudos, sendo três publicados nos anos de 2011 e o restante nos anos de 2003, 2006 e 2009. Vale ressaltar que, devido à importância do estudo, foi inserido no quadro de análise desse banco uma pesquisa publicada na revista Trabalho, Educação e Saúde.

Partindo disso, podemos obter o seguinte quadro:

Quadro 3 - Trabalhos da Scielo que fazem referência à Política de Educação Especial e à Reestruturação de instituições especiais no Paraná

ANO	Revista	Título	Tema/Tipo	Autor
2002	Educação e Sociedade	Financiamento da educação no Brasil: um balanço do Governo FHC (1995-2002)	Financiamento/ Ensaio teórico	PINTO, José Marcelino de Rezende.
2003	Trabalho, Educação e Saúde	Reforma do Estado: o Privado contra o Público	Estado/ Teórico Ensaio	Roberto Leher
2004	X	X	X	X
2005	Educação e Sociedade	Financiamento e gasto público da educação Básica no Brasil e comparações com alguns países Da OCDE e América Latina	Financiamento/ Ensaio Teórico	ABRAHÃO, Jorge.
	Educação e Sociedade	O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas	Estado/ Teórico Ensaio	BARROSO, João.
	Educação e Sociedade	Regulação sistêmica e política de Financiamento da educação básica		DUARTE, Marisa Ribeiro Teixeira.
2006	Revista Brasileira de Educação Especial	Políticas para a educação especial e as formas organizativas do Trabalho pedagógico	Política Pública/ Ensaio Teórico	GARCIA, Rosalba Maria Cardoso.
2007	Educação e Sociedade	A política recente de fundos para o Financiamento da educação e seus efeitos no pacto federativo	Financiamento/ Ensaio Teórico	PINTO, José Marcelino de Rezende.

	Educação e Sociedade	Estado e políticas de financiamento em educação	Estado/ Teórico	Ensaio	CURY, Carlos Roberto Jamil.
	Educação e Sociedade	Implicações do programa dinheiro direto na escola para a gestão da escola pública	Financiamento/Ensaio Teórico		ADRIÃO, Theresa. PERONI, Vera.
2008	X	X	X		X
2009	Educação e Sociedade	Estado e terceiro setor: as novas regulações entre o público e o privado na gestão da Educação básica brasileira	Estado/ Teórico	Ensaio	PERONI, Vera Maria Vidal. OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de. FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola.
	Revista Brasileira de Educação Especial	Inclusão escolar: um estudo acerca da implantação da Proposta em escolas de ensino básico	Inclusão/ Pesquisa	Relato de	LEONARDO, Nilza Sanches Tessaro. BRAY, Cristiane Toller. ROSSATO, Solange Pereira Marques.
2010	Educação e Sociedade	Inclusão, diversidade e igualdade na CONAE 2010: perspectivas para o novo Plano nacional de educação	Política Pública/ Ensaio Teórico		LAPLANE, Adriana Lia Frizman. PRIETO, Rosângela Gavioli .
	Educação e Sociedade	Políticas curriculares, estado e regulação	Estado/ Teórico	Ensaio	Hypolito, Álvaro Moreira.
2011	Revista Brasileira de Educação	Educação em Direitos humanos: local	Política Pública/ Ensaio Teórico.		RAMOS, Aura Helena.

	Revista Brasileira de Educação	da diferença Documento por um Plano Nacional de Educação (2011-2020) como política de Estado	Política Pública/ Ensaio Teórico	Vários Autores.
	Revista Brasileira de Educação Especial	A política de educação especial no Brasil (1991-2011): uma análise da produção do GT15 – educação especial da ANPED	Política Pública/ Ensaio Teórico	GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. MICHELS, Maria Helena.
	Revista Brasileira de Educação Especial	Ação pedagógica e educação especial: a sala de recursos como Prioridade na oferta de serviços especializados	Política Pública/ Ensaio Teórico	BAPTISTA, Claudio Roberto.
	Revista Brasileira de Educação Especial	Percurso da constituição de uma política brasileira de educação Especial inclusiva	Política Pública/ Ensaio Teórico	KASSAR, Mônica Carvalho Magalhães.
2012	Educação e Sociedade	Educação especial no Brasil: desigualdades e desafios No reconhecimento da diversidade	Inclusão/ Teórico Ensaio	KASSAR, Mônica Carvalho Magalhães.

Fonte: Elaboração própria com base no banco de dados da SCIELO (2013).

Em relação ao quadro do banco de dados do site SCIELO, pode-se observar uma ausência de estudo na área nos anos de 2004 e 2008 e uma maior concentração de pesquisas no ano de 2011 em relação aos demais.

Partindo disso, os dezenove estudos encontrados podem ser distribuídos e formatados da seguinte maneira: 7 (Política Pública), 4 (Financiamento), 2 (Inclusão), 5 (Estado) e nenhum em Público X Privado.

Dos dois estudos encontrados na temática de Inclusão, um encontra-se como ensaio teórico e, o outro, como relato de pesquisa. O primeiro procurou analisar as mudanças registradas na educação das populações marginalizadas no processo escolar, de modo especial, pessoa com deficiência. Já o relato de pesquisa investigou quatro escolas paranaenses, sendo duas instituições públicas e, as outras, particulares. Esse estudo procurou verificar como está a implantação dos projetos de educação inclusiva no estado do Paraná, entrevistando os professores por meio de questionários.

No tema Financiamento foram encontrados quatro estudos, sendo todos do tipo de ensaio teórico. Desses, três pautaram-se no FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) e, um, no PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola).

Analisando-os, pode-se observar que o primeiro estudo, publicado em 2002, procurou analisar as medidas do governo FHC; o segundo, publicado em 2005, buscou comparar a estrutura do financiamento da educação brasileira com os países que participaram da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e América Latina, analisando os problemas e a estrutura no período pesquisado de 1995 a 2002. O terceiro estudo, também em 2005, analisou o PDDE, tendo em vista 3 aspectos: democratização da gestão da escola; relação público X privado; e a relação entre descentralização e centralização; e o quarto estudo procurou investigar as rupturas e continuidades entre o FUNDEF e FUNDEB.

Nos temas Estado e Política, foram encontrados, no total, 12 estudos, sendo os temas mais abordados. Foram 7 estudos em Política e, 5, em Estado.

Dos cinco estudos presentes na temática do Estado, todos foram do tipo de ensaio teórico, desenvolvendo-se com os seguintes objetivos:

- Analisar a evolução da intervenção do Estado com a regulação das políticas e ações pública, publicado em 2005;
- Defender que as reformas do Estado aprofunda as condições capitalistas, agravando o apartheid educacional, e discutir que, para o Estado ser ético e público, deve-se fortalecer os movimentos sociais e uma sociedade não subjugada à ordem do capital, publicado em 2003;
- Abordar a concepção de Estado tensionada à vertente Liberal, demonstrando o atual financiamento da educação com o FUNDEB, publicado em 2005;
- Analisar o projeto da reforma do Estado, analisando as conexões entre público e privado, transferência das políticas sociais a sociedade civil;
- Analisar as políticas curriculares desenvolvidas no contexto da globalização e do Neoliberalismo o qual tem orientado as ações do Estado no campo educacional, publicado em 2010.

Percebe-se que em todos os estudos há uma tendência no questionamento do porquê da transferência de deveres que há na atual estrutura e configuração do Estado, isto é, de transferir seus deveres e obrigações de ações sociais ao terceiro setor, desenvolvida pela sociedade civil, com isso de certa forma, procurar perceber o que está por trás dessa transferência de deveres.

Em relação à temática de Política Pública, os sete estudos encontrados são do tipo de ensaio teórico, tendo os seguintes objetivos:

- Apresentar as reflexões acerca das formas organizativas do trabalho pedagógico tendo como fontes a análise documental das Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica;
- Mostrar as implicações da CONAE 2010 para a formulação do novo PNE;
- Abordar os processos de constituição curricular de educação em direitos humanos, destacando uma análise em textos voltados para a formação dos professores;
- Abordar a política nacional de educação especial durante vinte anos entre o período de 1991 a 2011, analisando os programas e ações políticas

presente nesse tempo, como os programas de implementação das salas de recursos e programa de educação inclusiva;

- Apresentar reflexões acerca da ação pedagógica e dos serviços especializados em educação especial com base nos documentos orientadores na área;

- Analisar a constituição da educação especial brasileira como uma política pública, refletindo sobre o papel do governo e dos acordos e compromissos da política nacional com os órgãos internacionais.

- Socializar e publicar uma síntese do documento da ANPEd, denominado “Por um Plano Nacional de Educação (2011-2020) como Política de Estado para contribuir com o debate em torno das melhorias necessárias ao PL n. 8035/2010.

Observa-se que esses estudos se preocuparam em analisar o rumo que a educação especial brasileira está trilhando por meio de suas práticas e ações sociais, tomando como referencial os documentos, leis e diretrizes que norteiam a política pública da área.

De modo geral, percebeu-se que há poucas pesquisas que trabalham sobre o financiamento da educação e, quando encontrado algum estudo sobre isso, normalmente abarca a política do Fundeb e Fundef. Assim, observa-se uma lacuna sobre estudos na área do financiamento, tanto da educação geral, quanto da modalidade da educação especial.

Entretanto, mesmo com essa lacuna, o que gerou certo desespero à produção da pesquisa por falta de material para se embasar, essa atividade foi de extrema importância, primeiramente, para compreender melhor sobre os estudos existentes na área do presente estudo e, posteriormente, porque, mesmo não tendo pesquisas na área do financiamento, obteve-se contato com pesquisas de grande relevância que tratavam de conceitos importantes ao presente estudo, como o conceito de estado, a relação entre o público e privado, inclusão e outros.

Vale ressaltar que o objetivo dessa atividade foi fazer um levantamento de pesquisas na área da educação especial e, assim, verificar o quadro existente de pesquisas presentes na área. Como consequência, alguns estudos serviram de base para o desenvolvimento do referencial da pesquisa, porém não com o intuito de analisá-los de forma reflexiva e crítica.

4 METODOLOGIA³

4.1 Caracterização do município da instituição pesquisada

A instituição especial pesquisada está localizada em um município da região norte do Paraná, que, segundo o Censo, contém cerca de cinquenta mil habitantes com uma área territorial de 302 Km².

Com base nos dados do IBGE de 2010, a população brasileira desse mesmo ano era de 190.755.799 habitantes, e a população da região Sul do país era de 27.386.891 pessoas. Como a instituição pesquisada é da região sul do país, os dados aqui apresentados serão sempre demonstrados comparando o dado geral do Brasil com o da região Sul do mesmo.

Partindo disso, como a instituição pesquisada encontra-se em região urbana, verifica-se que do total geral de habitantes do Brasil descritos anteriormente, 160.925.804, vivem na região urbana, enquanto na região Sul, 29.829.995 também.

Ainda no ano de 2010, segundo o IBGE, no Brasil, de uma população total de 176.959.641 habitantes contendo mais de cinco anos, apenas 157.628.796 sujeitos eram alfabetizados. Enquanto na região Sul, um total de 24.035.133 alfabetizados de um total de 25.623.147 habitantes.

Com isso, foi feita uma busca para descobrir quantos sujeitos alfabetizados, dentro do total apresentado, possuíam alguma deficiência, já que a presente pesquisa está inserida no campo da educação especial. Nessa busca, havia a descrição de diferentes níveis em cada deficiência, entretanto aqui será descrito apenas os casos em que o sujeito realmente possui a deficiência, ou seja, não serão considerados as deficiências parciais ou dificuldades em algum quesito.

Assim sendo, no Brasil, em 2010, havia 45.606.048 habitantes com alguma das deficiências investigadas: Visual; Auditiva; Motora; e Intelectual. Já, na região Sul, 6.159.670 sujeitos.

No Brasil, desse total, havia 506.377 sujeitos com Deficiência Visual e, na região Sul, 68.589 habitantes. Já, com Deficiência Auditiva, no Brasil, havia 344.206 habitantes, enquanto, no Sul do país, 48.119 possuíam essa deficiência.

³ A elaboração da escrita da metodologia dessa pesquisa foi pautada no relatório de devolutiva, entregue a instituição pesquisada elaborado pela mestranda em administração da Universidade Estadual de Londrina Renata Storti.

Em relação à Deficiência Motora, havia no Brasil uma população de 734.421 habitantes, enquanto, na região Sul, 106.700 habitantes. Na Deficiência Intelectual, há um dado alarmante, pois há uma incidência muito grande, tanto no dado geral, quanto na região Sul. No Brasil há uma população de 2.611.536 habitantes com deficiência intelectual, sendo desses 378.124 presentes na região Sul. Percebe-se com esses dados que, tanto no geral, quanto na região Sul do Brasil, há uma maior incidência na deficiência intelectual, o que nos promove o pensamento de analisar até que ponto esse dado é real, se realmente todos esses indivíduos são portadores de deficiência intelectual constatado por laudo e, caso seja, qual a procedência desses laudos; pois sabe-se que, muitas vezes, o indivíduo não é avaliado por um médico, é a sociedade que os veem assim, e usam como diagnóstico da não aprendizagem o déficit intelectual.

De acordo com os dados do IBGE, o município da instituição pesquisada contém 24 escolas. Dessas, 4 encontram-se na rede privada, 7, na rede estadual e, 13, na rede municipal. Em relação à quantidade de docentes trabalhando nessas escolas, 87 estão na rede privada, 164, na rede estadual, e, 175, na rede municipal, totalizando uma quantidade de 426 docentes no município em que a instituição especial pesquisada está inserida. Dentre o total de docentes, 34 docentes estão presentes na unidade escolar na qual a pesquisa foi desenvolvida, os quais, como descrito na metodologia, podem ser advindos tanto por convênio da esfera municipal ou estadual por meio de benefício ou espécie.

Com os dados de quantidade de docentes e de escola, percebe-se pouca discrepância na quantidade de docentes entre as redes municipal e estadual, embora tenha mais instituições escolares na rede municipal.

Em relação à quantidade de matrículas no ensino fundamental, têm-se nesse município 6 769 alunos que estão distribuídos da seguinte forma: 3 054 na rede estadual, 920 na rede privada e 2 795 na rede municipal de ensino. Observa-se uma maior concentração de matrículas na rede estadual, embora ela apresente menos docentes, comparando com a municipal. Na modalidade de educação infantil, há um total de 1 053 alunos, sendo distribuídos da seguinte forma: 170 alunos no setor privado e 883 na rede municipal, (em rede privada e municipal,) já que o estado não oferta essa modalidade de ensino (para educação, onde possui 170 alunos no setor privado e 883 na rede municipal.)

Com base nos dados do INEP, há nessa população um total de 260 alunos presentes na instituição especial. Sendo que desse total, 30 alunos estão concentrados na instituição comunitária e, 230, na filantrópica que dependem administrativamente do Estado.

Considerando que a instituição pesquisada nesse estudo está concentrada como instituição especial filantrópica, será feito uma análise descritiva dos alunos que a frequentam essa configuração.

Segundo os dados oficiais do INEP, há 230 alunos pertencentes a instituições de cunho filantrópico, no entanto, verificou-se que, na instituição pesquisada, há apenas 215 alunos.

Entretanto, a descrição feita aqui será pautada nos dados oficiais. Partindo disso, do total de 230 alunos, 4 são cegos; 36 apresentam baixa visão; 6 são surdos; 1 apresenta deficiência auditiva; 31 apresentam deficiência física; 52 apresentam deficiência múltiplas; e 210 apresentam deficiência intelectual. Pode-se perceber uma maior incidência de alunos com deficiência intelectual nesse município.

Relacionando as matrículas desses alunos por etapa de ensino, temos a seguinte configuração: 72 alunos na educação infantil, 52 no ensino médio e 136 alunos na EJA, assim não há alunos no ensino de fundamental I, que é do 1º ao 5º ano, e fundamental II, que é do ensino do 6º ao 9º ano. Observa-se uma maior concentração de alunos no ensino da EJA.

Listando as deficiências por etapa de ensino, encontram-se, na modalidade de educação infantil (Educação considerada aqui de 0 a 5 anos), 2 alunos com cegueira, 27 alunos com baixa visão, 7 alunos com deficiência física, 50 alunos com deficiência intelectual, 13 alunos com deficiência múltiplas e 1 com Síndrome de Asperger. Observando esses dados, percebe-se que há uma maior concentração de alunos com deficiência intelectual e baixa visão nessa etapa de ensino.

Já no ensino médio, dos 52 alunos concentrados nessa modalidade, 1 possui cegueira; 7 apresentam baixa visão; 2 são surdos; 13 apresentam deficiência física; 52 apresentam deficiência intelectual; e, 19, deficiência múltipla. Nessa modalidade, percebem-se uma grande concentração de alunos com deficiência intelectual e uma queda dos alunos matriculados com baixa visão da modalidade de educação infantil ao ensino médio.

Na modalidade da EJA, ocorre também essa maior incidência de alunos com deficiência intelectual. Dos 136 alunos, a maioria possui deficiência intelectual, o restante está dividido em: 1 cego, 8 possui baixa visão, 4 são surdos, 15 são deficientes físicos e, 26, apresentam deficiência múltipla.

4.1.1 Caracterização da instituição pesquisada

A instituição especial pesquisada possui além do espaço pedagógico e clínico, um lugar intitulado de Clube de Campo que é um espaço com quadra esportiva e salão de festa, os quais são alugados para a comunidade, com o fim de reverter fundos financeiros para a instituição. Além desse espaço, possui também uma Marcenaria, na qual são desenvolvidas atividades que promovem aprendizagem para inserir o sujeito no mercado de trabalho, além de possuir o mesmo objetivo do Clube de Campo, isto é, contribuir para o gerenciamento do custo financeiro da instituição.

Tendo como base informações contidas no site da instituição pesquisada, a mesma é uma organização social sem fins lucrativos ou de fins não econômicos, formada por pais, amigos e pessoas com deficiência intelectual e múltipla, que promovem e articulam ações de defesa de direitos; prevenção; orientação; prestação de serviços; apoio à família; e a construção de uma sociedade justa e solidária.

Foi fundada em 13 de julho de 1968 e atende, diretamente, a 287 pessoas com deficiência intelectual e múltipla e suas famílias. Ao longo dos 47 anos de sua existência, a instituição pesquisada, segundo *site*, tem investido na garantia e na defesa de direitos, no desenvolvimento global e na melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência intelectual e múltipla e de suas famílias.

As áreas de atuação dessa instituição são: Defesa de direito; Prevenção da incidência da deficiência; Educação Especial; Educação Profissional, Trabalho e Renda; Promoção da Saúde; Assistência Social; Esporte, Cultura e Lazer; Assistência à Pessoa Idosa com Deficiência; Estudos e Pesquisas; Informática e Comunicação; Capacitação; Aperfeiçoamento Técnico-Profissional. Os serviços prestados são totalmente gratuitos, por essa razão a entidade promove de forma permanente a captação de recursos.

4.1.1.1 Procedimento de coleta dos dados

Para as análises propostas na presente pesquisa, sustentadas pelo materialismo histórico dialético, fez-se necessário o trabalho com dados de naturezas distintas: numéricos e documentais.

Para tanto, partimos do entendimento de que quantidade e qualidade, numa perspectiva dialética, não se contrapõem. Segundo Gramsci (1978, p.50), “dado que não pode existir quantidade sem qualidade e qualidade sem quantidade (economia sem cultura, atividade prática sem inteligência, e vice-versa), toda contraposição dos dois termos é, racionalmente, um contra-senso.”

Ao contrário, quantidade e qualidade se configuram como unidade. Ferraro (2012), analisa que:

Nessa perspectiva dialética, simplesmente não há quantidade sem qualidade, nem qualidade sem quantidade; a unidade entre essas duas dimensões do real está em sua inseparabilidade ou exigência recíproca, não em qualquer identidade imaginária entre ambas. Essa perspectiva dialética permite, antes de tudo, afastar duas concepções opostas e igualmente vulneráveis: de um lado, a daqueles(as) que veem incompatibilidade, dicotomia ou oposição excludente entre métodos quantitativos e métodos qualitativos; de outro, a daqueles(as) que veem unidade entre os dois tipos de métodos – uma unidade construída não sobre a diferença que os distingue, mas sobre uma identidade imaginária que desfigura uns e outros, na medida em que ignora ou apaga as diferenças. Permite ainda afastar a tese de um *continuum* entre quantidade e qualidade, que acaba por restabelecer, nas posições extremas, a dicotomia quantidade-qualidade e, conseqüentemente, a exclusão mútua entre essas duas dimensões. Por fim, permite afastar a tese sedutora da complementaridade, a qual, ao mesmo tempo que briga a enfrentar a capciosa questão sobre quais métodos complementam quais outros, implica uma hierarquização problemática entre os dois tipos de métodos (FERRARO, 2012 p. 144).

Com base nesta referência, a pesquisa foi conduzida com as seguintes etapas:

1- Análise dos documentos que oficializam a alteração das instituições especiais para escolas da educação básica. Considera-se nesta etapa: as políticas educacionais do estado do Paraná; convênios (Federal, Estadual, Municipal e Recursos Próprios) das instituições especiais; os documentos norteadores de tal alteração que subsidiaram a reestruturação institucional.

2- Apuração de custo da instituição pesquisada, tendo como base de dados o levantamento do demonstrativo contábil de despesas e receitas da instituição e o plano de aplicação do ano de 2013 da mesma.

Essa fase, como citado na apresentação do presente trabalho, foi desenvolvida, baseando-se no método de apuração de custos de uma instituição especial, criado pelo projeto de pesquisa do curso de administração “Custos e desempenho de unidades escolares municipais: subsídios para um sistema de monitoramento e avaliação de escolas municipais do Estado do Paraná” da Universidade Estadual de Londrina. Pois, tendo como base Storti e Amâncio (2014), uma metodologia de apuração de custos pode contribuir para a instituição na readequação e no gerenciamento dos recursos financeiros, alocando os recursos de maneira mais eficiente, reduzindo gastos e, com isso, evitando prejuízos.(p. 13)

Para o desenvolvimento dessa apuração de custo foi necessário que a instituição se dispusesse de algumas informações particulares e restritas, como nomes dos professores, folha de pagamento dos funcionários da instituição, controle e total de atendimento por funcionário da área de saúde, demonstrativo contábil do ano em que seria desenvolvida a pesquisa, ensalamento por etapa de ensino (Educação Infantil: Estimulação Essencial e Pré-Escola, Ensino Fundamental, EJA).

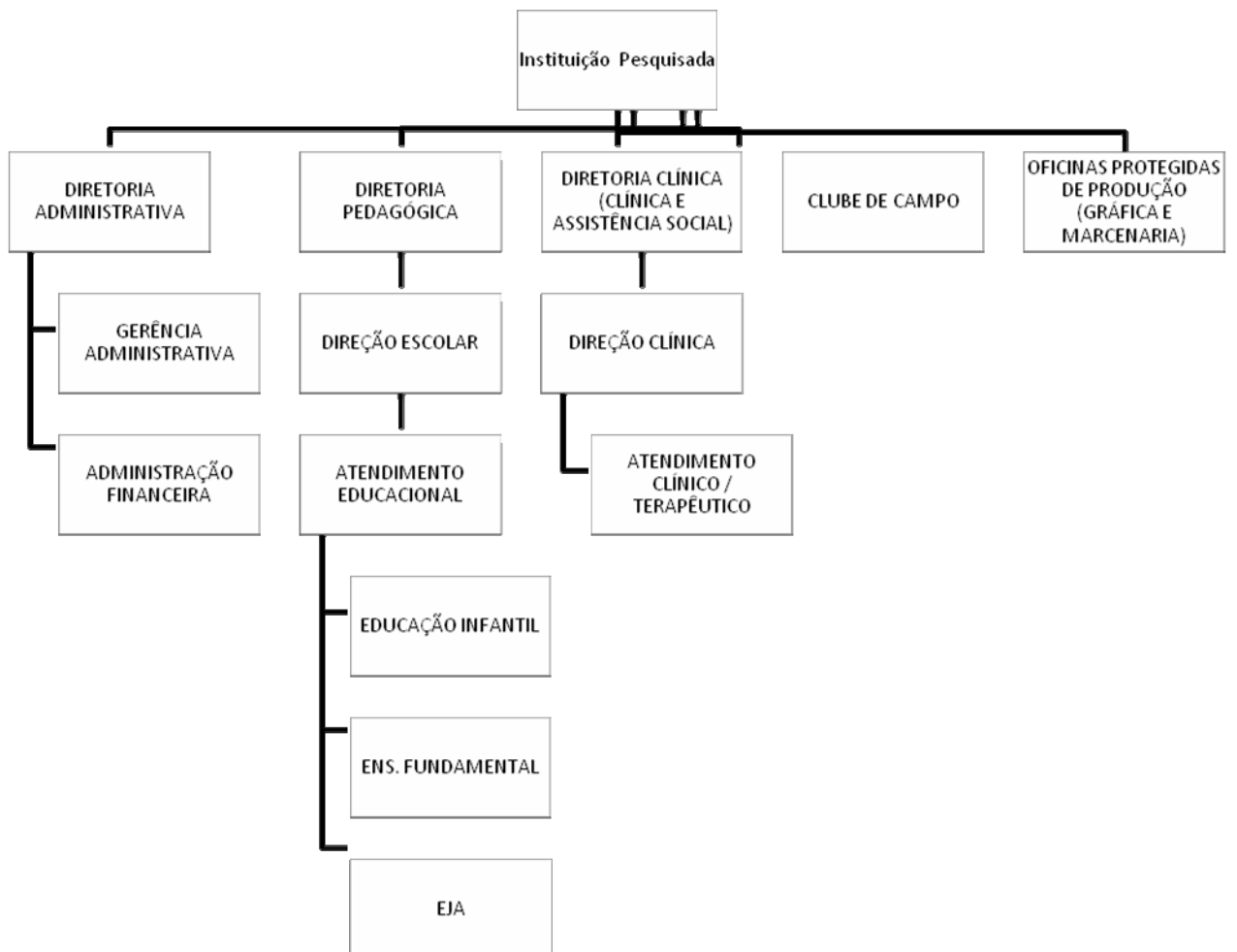
Partindo disso, a instituição foi dividida em centros de custos: os custos diretos, os quais envolvem os custos com as atividades relacionadas diretamente com cada centro de custo; e os custos indiretos, os quais se referem aos custos das atividades que dão apoio a cada centro de custo, especificamente no caso da instituição pesquisada, o centro de Administração Geral da instituição, totalizando no custo total de cada um. Além da divisão relacionada a custo, dividiu-se a instituição nos diferentes níveis de educação ofertados, apurando os custos educacionais e os custos relacionados à saúde e à assistência social e recursos próprios, em cada um dos níveis de ensino.

5 RESULTADOS

Para o desenvolvimento do método de apuração do custo da instituição foi necessário, primeiramente, identificar sua estrutura organizacional para, com isso, ser possível definir os custos de cada uma das áreas que a compõem: saúde, educação e assistencial social. Além disso, essa identificação permitiu-nos conhecer os valores recebidos dos setores público e privado em relação aos convênios de investimento e financiamento da área.

Partindo desse primeiro passo, obteve-se a constituição da elaboração do seguinte organograma.

Figura 1 - Organograma da instituição pesquisada



Fonte: Elaborado por Storti/Amâncio (2014).

Verifica-se, no organograma, que a instituição possui cinco departamentos importantes para desempenhar suas atividades e, em cada um desses departamentos, há um responsável para cada área de atuação. As oficinas protegidas de produção (gráfica e marcenaria) e o Clube de Campo apresentam um encarregado para cada departamento. Vale ressaltar que o departamento clínico engloba também os serviços de assistência social.

Com base em Storti e Amâncio (2014), tendo em vista que não há um controle gerencial de custos por departamento na instituição, foi necessário elaborar uma proposta de modelo de alocação de recursos que atendesse à realidade do local pesquisado. Assim, baseando no organograma apresentado anteriormente, organizou-se a instituição em cinco centros para a realização da apuração de seus custos, que são: Administração Geral, Educação (Foi dividida em seus níveis de ensino), Saúde e Assistencial Social (Há uma subdivisão de atendimento à comunidade), Oficinas Protegidas (Gráfica e Marcenaria) e Clube de Campo.

Para o desenvolvimento dessa apuração, foram utilizadas informações de valores encontrados no documento Demonstrativo Contábil disponibilizado pela instituição, como material de consumo, de expediente e manutenção. No cálculo dessa apuração, foram considerados também os valores dos benefícios recebidos (como, professores cedidos pelo Estado e Município, valor de transporte cedido pela prefeitura em que a instituição está alocada e os gêneros alimentícios cedidos pelo Estado).

Como forma de esclarecimento, a instituição pesquisada embolsa recursos financeiros de ordem Federal, Estadual e Municipal, e também doações da comunidade. Além disso, recebe recursos não financeiros, como funcionários do governo, que é o caso dos professores. Esses professores podem ser QPM (Quadro Próprio de Magistério, por isso sempre concursado que é pago com recursos próprios da instituição), PSS (Professor provisório que não é concursado do Estado), SEED (Professor concursado da Secretária de Educação do Paraná) e Prefeitura (Professor concursado Municipal). Assim, os pagamentos do salário dos professores da instituição podem ser de recurso financeiro tanto em espécie, isto é, dinheiro, ou benefício que é o capital humano disponibilizado, no caso, pelo estado ou prefeitura.

Referente ao salário dos professores do Estado e Município, foi feita uma busca de pesquisa no portal da transparência para verificar a remuneração dos

professores cedidos pelos mesmos, no qual o mês base foi o de abril/14. Para fazer essa pesquisa, foi necessário o nome completo e número do CPF dos professores que foram retirados da folha de pagamento dos funcionários. Foi verificada uma discrepância entre os salários dos professores, pois o salário é determinado por tempo de serviço e aperfeiçoamento profissional, no caso, cursos e/ou especializações e, também pelo vínculo, isto é, PSS (celetista, ou seja, não concursado) ou concursado. Os salários dos professores dessa instituição são advindos de convênio municipal ou estadual, o do estadual pode ser por benefício ou espécie.

Também foi necessário ter o guia de Remessa de Alimentos do Estabelecimento, que foi cedido pelo Núcleo Regional de Educação, da qual a instituição faz parte, a que se teve acesso com facilidade por meio de pedido via e-mail para verificar os valores referentes aos gêneros alimentícios utilizados na merenda.

Os itens, referentes à remuneração de pessoal, foram considerados a remuneração, (mais) a provisão do 13º salário e (mais) as férias, independente da fonte de recurso dos mesmos. Para realização desse cálculo, foi considerada a remuneração referente a somente um mês. Dessa remuneração, calculou-se as férias, mais o 13º através da fórmula: $(\text{Remuneração}/12) + ((\text{Remuneração}/3)/12)$. O valor encontrado nesse cálculo foi somado à remuneração para obter o total mensal. O total mensal foi multiplicado por 12 para resultar no total anual de remuneração dos profissionais.

Foi necessário reconhecer as receitas da instituição que é encontrado no Demonstrativo Contábil. Após, esse reconhecimento foi elaborado uma proposta de organizar as receitas, tendo como base o método elaborado por Storti e Amâncio (2014) de acordo com os departamentos, incluindo os benefícios cedidos pelos governos da esfera Estadual e Municipal. A tabela a seguir sintetiza essa proposta.

Tabela 1 – Proposta de organização das receitas

TIPO DERECEITAS	VALOR ANUAL	REPREEN- TATIVIDADE	TIPO
EDUCAÇÃO	R\$ 1.685.189,25	63,11%	
CONVENIO SEED GOVERNO ESTADUAL	R\$ 396.229,22	14,84%	ESPÉCIE
CONVÊNIO PROFESSORES	R\$ 1.210.973,73	45,35%	BENEFÍCIO
CONVÊNIO SEED - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	32680,03	1,22%	BENEFÍCIO
CONVÊNIO PREFEITURA – TRANSPORTE	45306,27	1,70%	BENEFÍCIO
SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$ 624.407,06	23,38%	
CREDENCIAMENTO SUS GOVERNO FEDERAL	R\$ 377.462,02	14,14%	ESPÉCIE
OUTRAS RECEITAS	R\$ 9.164,80	0,34%	ESPÉCIE
CONVÊNIOS MDS RECURSO FNAS	R\$ 111.776,76	4,19%	ESPÉCIE
CONVÊNIOS SAS PREFEITURA MUNICIPAL	R\$ 126.000,00	4,72%	ESPÉCIE
OUTRAS RECEITAS	R\$ 3,48	0,00%	ESPÉCIE
OFICINAS PROTEGIDAS DE PRODUÇÃO	R\$ 173.951,19	6,51%	ESPÉCIE
CLUBE DE CAMPO	R\$ 186.664,83	6,99%	ESPÉCIE
TOTAL	R\$ 2.670.212,33	100,00%	

Fonte: Elaboração própria com base no modelo desenvolvido por STORTI/AMÂNCIO (2013).

Os recursos foram divididos em “espécie” e “benefício”. Espécie, como dito anteriormente, são todos os recursos que a instituição recebe em dinheiro, através de convênios ou das receitas geradas pelas atividades meio (gráfica, clube de campo e marcenaria). Benefício são os recursos recebidos, por exemplo, a mão-de-obra dos professores ofertados pelo Estado e pela Prefeitura, os Gêneros Alimentícios e o transporte (parte cedida pela prefeitura).

Os recursos financeiros do tipo “espécie” foram coletados no Demonstrativo Contábil, já os dados do tipo “benefício” foram coletados em outros meios, como a consulta no portal da Transparência do Estado.

Durante o desenvolvimento de apuração de custo da instituição, foi verificado que a mesma necessitou de um complemento na merenda, pois, por meio do guia de remessa de alimentos cedido pelo Núcleo Regional de Ensino, foi verificado que no ano de 2013 houve apenas três remessas (normalmente, a remessa é feita por bimestre, assim, durante o ano teria que ter tido quatro) no valor dos gêneros alimentícios, advindos de recurso próprio, e esse complemento não está sendo considerado como “benefício” cedido à instituição. Não há dados oficiais de valores gastos com o transporte cedido pelo município, portanto foi realizada uma estimativa, de acordo com os dados oferecidos pela instituição por meio do Demonstrativo Contábil.

A seguir será apresentada a proposta de alocação dos recursos e apuração de custos nos cinco departamentos, os quais serão apresentados primeiramente os dados técnicos e, em seguida, os custos de cada centro.

Administração geral

Esse centro foi dividido em pessoal, material de consumo, material de expediente, manutenção, telefone / energia elétrica, despesas mantenedora / financeiras e considerados como dados técnicos a quantidade de pessoal por função, sintetizados nas tabelas abaixo.

Tabela 2 – Quantidade de Pessoal – Administração Geral

ADM GERAL – PESSOAL	TOTAL
Gerente Administrativo	1
Serviços Gerais	3
Vigia Noturno	2
Auxiliar Administrativo	2
Telemarketing	1
Mensageiro	1
Total	10

Fonte: Elaboração própria com base no modelo desenvolvido por STORTI/AMÂNCIO (2013).

Tabela 3 – Valores Centro de Custos – Administração Geral

ADMINISTRAÇÃO GERAL	TOTAL ANUAL	REPRESENTATIVIDADE
PESSOAL	R\$ 167.826,40	58,47%
MATERIAL DE CONSUMO	R\$ 9.168,89	3,19%
MANUTENÇÃO	R\$ 4.466,62	1,56%
TELEFONE / ENERGIA ELÉTRICA	R\$ 61.055,49	21,27%
DESPESAS MANTENEDORA / FINANCEIRAS	R\$ 44.512,45	15,51%
SUBTOTAL ADM GERAL	R\$ 287.029,85	100,00%

Fonte: Elaboração própria com base no modelo desenvolvido por STORTI/AMÂNCIO (2013).

Foram considerados, no item Pessoal, todos cargos descritos na tabela 02. O item Material de Consumo foi consultado no demonstrativo financeiro anual de 2013, em que foram considerados os materiais utilizados para a segurança, higiene, limpeza, expediente, eventos e reuniões. O item Manutenção, inclui custos, como manutenção dos jardins e com o viveiro de aves que a instituição possui. Os custos com telefone e energia elétrica também foram consultados no demonstrativo financeiro anual da instituição.

O item Despesas mantenedora / financeiras inclui despesas com cartório, despesas tributárias e despesas financeiras.

Vale mencionar que o valor total do centro de custo da Administração Geral da instituição pesquisada foi rateado de forma indireta nos outros centros, portanto 63,11% do custo total da Administração Geral estará alocado no centro de custo Educação; 23,38%, alocado na Saúde e Assistência Social; 6,51%, para Oficinas Protegidas de Produção; e, 6,99%, para o Clube de Campo.

- Educação

Para os valores do custo desse centro, foram utilizados alguns indicadores de quantidade, detalhados e apresentados no quadro a seguir.

Quadro 4 – Indicadores técnicos – Educação da Instituição

EDUCAÇÃO	Educação Essencial	Educação Infantil	Ensino Fundamental	EJA	TOTAL
Alunos	30	5	51	129	215
Professores	5	1	10	18	34
Professores de departamento	11				11
Instrutores	2				2
Atendentes	4				4
Mdo. Cozinha	2				2
Nutricionista	1				1
Mdo. Zeladoria	5				5
Mdo. Secretaria	2				2
Direção	2				2
Coordenação	1			1	2
Transporte	2				2
Número de refeições anuais	96960				96960

Fonte: Elaboração própria com base no modelo desenvolvido por STORTI/AMÂNCIO (2013).

Fonte: Elaborado por STORTI/AMÂNCIO conforme dados da pesquisa.

Para se chegar a esses indicadores, foi necessário primeiramente alocar os alunos de acordo com o ensalamento disponibilizado pela Diretora Pedagógica da instituição. Os custos com a remuneração dos professores em sala de aula também foram alocados conforme essa divisão.

Em relação ao custo de remuneração referente à coordenação e à direção deste centro, a diretora e a vice-diretora tiveram sua remuneração rateada proporcionalmente ao número de alunos de cada nível de ensino. Verifica-se que uma coordenadora é responsável pela Estimulação Essencial, Educação Infantil e

Ensino Fundamental e a outra coordenadora é responsável pela EJA. Tendo em vista que, na coordenação, há a divisão entre as séries e que uma coordenadora é responsável somente pela EJA, a remuneração anual da mesma foi alocada diretamente na subdivisão referente a EJA. Já a remuneração da coordenadora responsável pelas outras três subdivisões foi rateada conforme o número de alunos atendido em cada série (que excluindo os alunos da EJA, resulta em 86 alunos).

Esse departamento conta com dois veículos para transporte dos alunos que necessitam do serviço de transporte. Um deles é cedido pelo município e o outro é próprio da instituição, pago com recursos próprios da mesma.

Todos os outros funcionários foram alocados nesse centro, tendo como base o documento da folha de pagamento da instituição, no qual foi observado que o pagamento é feito por convênios da esfera estadual.

Vale mencionar, em relação ao gênero alimentício, que a instituição não possui um controle de quantidade de refeições diárias, portanto a mesma disponibilizou uma estimativa de alimentação anual.

Assim, conforme os descritores acima mencionados, segue abaixo o custo do centro de educação em que foi dividido em atendimento direto, administração, cozinha, manutenção, transporte e material.

Tabela 4 - Valores Centro de Custos - Educação

	ESTIMULAÇÃO ESSENCIAL	EDUCAÇÃO INFANTIL	ENSINO FUNDAMENTAL	EJA	TOTAL APAE	ANUAL	REPRESENTA- TIVIDADE
EDUCAÇÃO NÚMERO DE ALUNOS ATENDIMENTO DIRETO	30	5	51	129	215		
PROFESSORES	R\$ 261.474,80	R\$ 19.622,13	R\$ 205.335,07	R\$ 589.094,53	R\$ 1.075.526,53		52,29%
PROFESSORES DEPARTAMENTO	R\$ 32.351,85	R\$ 5.391,98	R\$ 54.998,15	R\$ 139.112,96	R\$ 231.854,93		11,27%
ATENDENTES E INSTRUTORAS	R\$ 8.607,89	R\$ 1.434,65	R\$ 14.633,41	R\$ 37.013,92	R\$ 61.689,87		3,00%
SUBTOTAL CUSTO DIRETO ADMINISTRAÇÃO	R\$ 302.434,54	R\$ 26.448,76	R\$ 274.966,62	R\$ 765.221,41	R\$ 1.369.071,33		66,57%
DIREÇÃO	R\$ 18.008,39	R\$ 3.001,40	R\$ 30.614,26	R\$ 77.436,08	R\$ 129.060,13		6,28%
COORDENAÇÃO	R\$ 5.000,74	R\$ 833,46	R\$ 8.501,27	R\$ 20.039,60	R\$ 34.375,07		1,67%
SECRETARIA COZINHA	R\$ 4.532,78	R\$ 755,46	R\$ 7.705,73	R\$ 19.490,96	R\$ 32.484,93		1,58
COZINHEIRAS	R\$ 3.880,22	R\$ 646,70	R\$ 6.596,38	R\$ 16.684,96	R\$ 27.808,27		1,35%
NUTRICIONISTA	R\$ 1.781,77	R\$ 296,96	R\$ 3.029,00	R\$ 7.661,60	R\$ 12.769,33		0,62%
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS MANUTENÇÃO	R\$ 5.199,77	R\$ 866,63	R\$ 8.839,61	R\$ 22.359,02	R\$ 37.265,03		1,81%
ZELADORAS	R\$ 6.473,80	R\$ 1.078,97	R\$ 11.005,47	R\$ 27.837,36	R\$ 46.395,60		2,26%
MANUTENÇÃO GERAL	R\$ 7.186,86	R\$ 1.197,81	R\$ 12.217,66	R\$ 30.903,49	R\$ 51.505,81		2,50%
TRANSPORTE	R\$ 12.643,61	R\$ 2.107,27	R\$ 21.494,14	R\$ 54.367,52	R\$ 90.612,54		4,41%
MATERIA(CONSUMO/LIMPEZA/EXPEDIENTE)	R\$ 6.166,53	R\$ 1.027,75	R\$ 10.483,09	R\$ 26.516,06	R\$ 44.193,43		2,15%
SUBTOTAL CUSTO INDIRETO EDUCAÇÃO	R\$ 70.874,48	R\$ 11.812,41	R\$ 120.486,61	R\$ 303.296,65	R\$ 506.470,14		24,63%
SUBTOTAL CUSTO ADM GERAL	R\$ 25.276,26	R\$ 4.212,71	R\$ 42.969,63	R\$ 108.687,90	R\$ 181.146,50		8,81%
SUBTOTAL EDUCAÇÃO	R\$ 398.585,27	R\$ 42.473,88	R\$ 438.422,87	R\$ 1.177.205,96	R\$ 2.056.687,98		100,00

Em relação ao Atendimento Direto, foram considerados os serviços e atividades envolvidos diretamente para o atendimento do aluno, o que inclui os professores em sala de aula, professores de departamento (artes e educação física), atendentes e instrutoras. Para o cálculo nas subdivisões de ensino, utilizou-se como critério de rateio o número de alunos, exceto para o item que se refere à remuneração dos professores em sala de aula. Isso aconteceu, pois, por meio do documento do ensalamento, verificou-se a remuneração de cada professor, sendo que esse é alocado em uma sala de aula somente, portanto, pode-se verificar o quanto é gasto com cada professor referente aos níveis de ensino. Dessa maneira, utilizou-se o valor total anual de cada item (exceto professores em sala de aula), dividiu-se pelo número total de alunos (215) e multiplicou-se pelo número de alunos inseridos em cada série para verificar os custos diretos por série.

Os itens posteriores ao do Atendimento Direto englobam os custos das atividades ligadas indiretamente à atividade principal de Educação, portanto, são definidos como custos indiretos. Assim, abarca valores referentes a remunerações dos funcionários enquadrados nos itens de administração, manutenção e Cozinha. Na manutenção geral, estão inclusos os gastos com manutenção do imobilizado, das instalações, das máquinas e equipamentos, por exemplo.

O custo do item Transporte, envolve todos os gastos referentes ao mesmo, incluindo manutenção dos veículos, combustíveis e lubrificantes, licenciamento de veículos e o salário de um motorista. De acordo com o Administrador da instituição, um transporte é pago pela prefeitura municipal, porém não foi possível ter acesso a esses dados. Portanto, para termos um valor estimado dos custos com transporte, o valor encontrado nos documentos disponibilizados pela instituição foi multiplicado por 2, para se aproximar do valor real que é gasto com transporte, incluindo o transporte cedido pelo município.

Em relação ao item Material, abarcam-se todos os custos referentes aos materiais utilizados no departamento da Educação, como materiais de consumo, limpeza, expediente, entre outros.

- Saúde

O centro de custo de saúde foi apurado considerando os atendimentos realizados para os alunos em todos os níveis e também para os atendimentos da Comunidade.

Foi necessário verificar o número de atendimentos de cada serviço de saúde oferecido para cada nível escolar e também para a comunidade. Foram considerados, nesse trabalho, como serviços de saúde, as atividades que envolvem fonoaudiologia, fisioterapia (incluindo hidroterapia), clínico geral, dentista, terapia ocupacional, psicólogos, neurologia e assistência social. Assim, para cada profissional, foi feita uma busca de contagem individual pelo nome do aluno, um por um. Vale observar, que isso foi conseguido pelo fato da instituição ter um controle e uma organização no seu sistema de atendimentos desse centro.

Os números de profissionais envolvidos e o número de atendimentos de cada profissional, segue no quadro a abaixo.

Quadro 5 – Quantidade de pessoal e atendimento – Saúde

SAÚDE	TOTAL	TOTAL ATENDIMENTOS	REPRESENTATIVIDADE
Fonoaudiólogo	2	3230	13,79%
Fisioterapeuta	3	4474	19,10%
Hidroterapeuta	1	2991	12,77%
Terapeuta Ocupacional	2	1982	8,46%
Psicólogo	2	4409	18,82%
Neurologista	1	455	1,94%
Clínico Geral	1	1652	7,05%
Assistente Social	2	3911	16,70%
Dentista	1	321	1,37%
Auxiliar de Enfermagem	1	-	-
Auxiliar de Escritório	1	-	-
Técnico em Eletrocefalograma	1	-	-

Fonte: Elaboração própria com base no modelo desenvolvido por STORTI/AMÂNCIO (2013).

Os custos foram separados por níveis de ensino e comunidade, dividindo-os por número de atendimentos em cada um. O número total de atendimentos por serviço é apresentado no quadro abaixo, divididos por categorias de ensino.

Quadro 6 – Número de atendimentos por funcionário – Saúde

SERVIÇOS PRESTADOS	EJA	E.F.	E.I.	E.E.	COMUNIDADE	TOTAL ATENDIMENTO
FONOAUDIOLOGIA	127	548	97	250	667	1689
	308	375	12	330	516	1541
TERAPIA OCUPACIONAL	29	219	31	117	281	677
	175	460	37	164	469	1305
NEUROLOGIA	146	82	4	38	185	455
CLÍNICO GERAL	733	246	28	45	600	1652
FISIOTERAPIA	511	349	20	277	661	1818
	314	154	73	118	782	1441
	351	157	3	155	549	1215
FISIOTERAPIA - HIDRO	1378	565	25	249	774	2991
PSICÓLOGO	38	670	68	471	731	1978
	1659	26	2	27	717	2431
DENTISTA	126	51	2	19	123	321
ASSISTÊNCIA SOCIAL	737	186	15	72	509	1519
	904	480	19	171	818	2392
TOTAL	7536	4568	436	2503	8382	23425
REPRESENTATIVIDADE	32,17%	19,50%	1,86%	10,69%	35,78%	100,00%

Fonte: Elaboração própria com base no modelo desenvolvido por STORTI/AMÂNCIO (2013).

O centro de custos Saúde foi dividido em atendimento direto: equipe de apoio, manutenção e transporte, cujos resultados serão sintetizados na próxima tabela.

Tabela 5 - Valores Centro de Custos

	ESTIMULAÇÃO ESSENCIAL	EDUCAÇÃO INFANTIL	ENSINO FUNDAMENTAL	EJA	TOTAL ANUAL APAE	TOTAL ANUAL COMUNIDADE	TOTAL ANUAL	REPRESENTA- TIVIDADE
SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL								
ATENDIMENTO DIRETO								
PESSOAL								
FONOAUDIÓLOGO	R\$ 6.300,41	R\$ 1.032,20	R\$ 9.570,50	R\$ 4.908,97	R\$ 21.812,09	R\$ 12.373,78	R\$ 34.185,87	6,47%
FISIOTERAPEUTA	R\$ 8.007,07	R\$ 1.579,53	R\$ 9.693,43	R\$ 17.248,64	R\$ 36.528,67	R\$ 29.960,93	R\$ 66.489,60	12,59%
HIDROTERAPEUTA	R\$ 1.860,37	R\$ 186,78	R\$ 4.221,31	R\$ 10.295,52	R\$ 16.563,98	R\$ 5.782,82	R\$ 22.346,80	4,23%
TERAPEUTA OCUPACIONAL	R\$ 5.045,67	R\$ 1.257,96	R\$ 11.316,18	R\$ 2.893,93	R\$ 20.513,74	R\$ 13.037,06	R\$ 33.550,80	6,35%
PSICÓLOGO	R\$ 6.243,76	R\$ 872,00	R\$ 8.689,36	R\$ 26.198,68	R\$ 42.003,80	R\$ 20.160,20	R\$ 62.164,00	11,77%
NEUROLOGISTA	R\$ 2.783,88	R\$ 293,04	R\$ 6.007,33	R\$ 10.695,97	R\$ 19.780,22	R\$ 13.553,11	R\$ 33.333,33	6,31%
CLÍNICO GERAL	R\$ 620,10	R\$ 385,84	R\$ 3.389,86	R\$ 10.100,67	R\$ 14.496,46	R\$ 8.267,94	R\$ 22.764,40	4,31%
DENTISTA	R\$ 1.667,60	R\$ 175,54	R\$ 4.476,20	R\$ 11.058,85	R\$ 17.378,19	R\$ 10.795,54	R\$ 28.173,73	5,33%
ASSISTENTE SOCIAL	R\$ 3.006,90	R\$ 406,27	R\$ 8.274,37	R\$ 19.570,48	R\$ 31.258,02	R\$ 16.080,78	R\$ 47.338,80	8,96%
SUBTOTAL CUSTO DIRETO	R\$ 35.535,76	R\$ 6.189,16	R\$ 65.638,53	112.971,71	220.335,16	R\$ 130.012,17	350.347,33	66,33%
EQUIPE DE APOIO								
SECRETARIA	R\$ 1.373,53	R\$ 239,25	R\$ 2.495,96	R\$ 4.146,47	R\$ 8.255,22	R\$ 4.593,72	R\$ 12.848,93	2,43%
TÉCNICO	R\$ 1.143,26	R\$ 199,14	R\$ 2.077,51	R\$ 3.451,31	R\$ 6.871,22	R\$ 3.823,58	R\$ 10.694,80	2,02%
AUX. ENFERMAGEM	R\$ 2.043,30	R\$ 355,92	R\$ 3.713,06	R\$ 6.168,39	R\$ 12.280,67	R\$ 6.833,73	R\$ 19.114,40	3,62%
MANUTENÇÃO	R\$ 2.053,63	R\$ 357,71	R\$ 3.731,82	R\$ 6.199,57	R\$ 12.342,74	R\$ 6.868,26	R\$ 19.211,00	3,64%
TRANSPORTE	R\$ 2.442,88	R\$ 425,52	R\$ 4.439,17	R\$ 7.374,65	R\$ 14.682,22	R\$ 8.170,10	R\$ 22.852,31	4,33%
MATERIAL (CONSUMO/LIMPEZA/EXPEDIENTE)	R\$ 2.781,81	R\$ 484,55	R\$ 5.055,06	R\$ 8.397,82	R\$ 16.719,24	R\$ 9.303,63	R\$ 26.022,87	4,93%
SUBTOTAL CUSTO INDIRETO	R\$ 11.838,43	R\$ 2.062,09	R\$ 21.512,59	35.738,21	71.151,31	R\$ 39.593,01	110.744,32	20,97%
SUBTOTAL CUSTO ADM GERAL	R\$ 7.174,99	R\$ 1.249,78	R\$ 13.038,28	21.660,10	43.123,15	R\$ 23.996,40	67.119,56	12,71%
SUBTOTAL SAÚDE	R\$ 54.549,18	R\$ 9.501,03	R\$ 100.189,40	170.370,01	334.609,63	R\$ 193.601,58	528.211,21	100,00%

Fonte: elaboração própria com base no modelo desenvolvido por STORTI/AMÂNCIO (2013).

O Atendimento Direto engloba todos os custos diretos referentes a esse centro, incluindo o rateio da remuneração dos profissionais presentes na folha de pagamento da instituição e o número de atendimentos realizados por cada profissional, para que a remuneração fosse alocada de acordo com os atendimentos realizados. Já, em relação ao custo indireto de saúde, foram consideradas a equipe de apoio (composta pela secretária, técnico e auxiliar de enfermagem); manutenção (constituída por custos de manutenção dos equipamentos, instalações e software utilizado nessa área, por exemplo); transporte (pois, como os alunos se utilizaram do transporte da instituição para receberem o atendimento da clínica também foi considerado no custeio dessa área); e material (Refere-se a todos os custos de materiais utilizados na clínica e assistência social, como materiais de consumo, limpeza e expediente).

Oficinas protegidas de produção e clube de campo

Referente aos custos do centro relacionado às oficinas protegidas de produção (gráfica e marcenaria) e ao Clube de Campo, foram levantados dados referentes à quantidade de funcionários que trabalham em cada departamento, localizados na folha de pagamento da instituição. O quadro a seguir sintetiza essas informações.

Quadro 7 – Número de pessoal (Gráfica, Marcenaria e Clube de Campo)

GRÁFICA	TOTAL
Encarregado Gráfica	1
Auxiliar tipógrafo	1
Motorista	1
MARCENARIA	TOTAL
Marceneiro	1
Auxiliar Marcenaria	1
CLUBE DE CAMPO	TOTAL
Zeladora	2
Encarregado Clube de Campo	1

Fonte: Elaboração própria com base no modelo desenvolvido por STORTI/AMÂNCIO (2013).

Tendo como base os indicadores técnicos desse centro, foi feito o custeio do mesmo, em que foram considerados os valores referentes ao pessoal, material de consumo, manutenção e transporte, caracterizados como custos diretos, conforme a próxima tabela.

Tabela 6 - Valores Centro de Custos - Oficinas Protegidas

OFICINAS PROTEGIDAS DE PRODUÇÃO	TOTAL ANUAL	REPRESENTATIVIDADE
PESSOAL GRÁFICA	R\$ 50.635,87	32,56%
PESSOAL MARCENARIA	R\$ 25.117,73	16,15%
MATERIAL DE CONSUMO	R\$ 36.146,03	23,24%
MANUTENÇÃO	R\$ 1.412,32	0,91%
TRANSPORTE	R\$ 23.523,75	15,12%
CUSTO DIRETO OFICINAS PROTEGIDAS DE PRODUÇÃO	R\$ 136.835,70	87,98%
CUSTO INDIRETO ADM GERAL	R\$ 18.698,58	12,02%
SUBTOTAL GRÁFICA	R\$ 155.534,28	100,00%

Fonte: elaboração própria com base no modelo desenvolvido por STORTI/AMÂNCIO (2013).

Assim, em relação aos valores do centro de custo das Oficinas Protegidas foram considerados como custos com pessoal a remuneração mensal, décimo terceiro e férias, conforme a quantidade total de funcionários apresentados anteriormente. O Material de consumo são os materiais utilizados para os serviços, contendo os materiais de consumo, expediente, limpeza, higiene mais os materiais de produção, encontrados no documento Demonstrativo Contábil da instituição. Já, na Manutenção, foram considerados os custos referentes à manutenção com máquinas e equipamentos.

O transporte é utilizado para entrega das encomendas da gráfica, por isso, foram considerados também no item Transporte, os valores referentes à manutenção da moto, utilizada para entrega, e a remuneração do motorista.

Já a próxima tabela sintetiza o centro de custos do Clube de Campo da instituição o qual foi dividido em pessoal, material de consumo e manutenção considerados como custo direto.

Tabela 7 – Valores Centro de Custos – Clube de Campo

CLUBE DE CAMPO	TOTAL ANUAL	REPRESENTATIVIDADE
PESSOAL	R\$ 44.426,93	66,44%
MATERIAL DE CONSUMO	R\$ 55,68	0,08%
MANUTENÇÃO	R\$ 2.323,90	3,48%
SUBTOTAL CUSTO DIRETO CLUBE DE CAMPO	R\$ 46.806,51	69,99%
SUBTOTAL CUSTO INDIRETO ADM GERAL	R\$ 20.065,21	30,01%
SUBTOTAL CLUBE DE CAMPO	R\$ 66.871,73	100,00%

Fonte: Elaboração própria baseado no modelo desenvolvido por STORTI/AMÂNCIO (2013).

A remuneração de zeladores e encarregados do clube de campo detalhados no quadro 4 foram inseridos no item Pessoal. E, para o item Material de consumo, foram considerados os custos com material de limpeza, de expediente e higiene.

Partindo do custo de cada centro da instituição pesquisada, foi possível calcular o custo por aluno, sintetizado no quadro a seguir.

Quadro 8 – Total de Custos por Centro de Custos

CENTRO DE CUSTO	TOTAL ANUAL	TOTAL MENSAL	REPRESENTATIVIDADE
Educação	R\$ 2.056.687,98	R\$ 171.390,66	73,26%
Saúde e Assistência Social	R\$ 528.211,21	R\$ 44.017,60	18,82%
Oficinas Protegidas de Produção	R\$ 155.534,28	R\$ 12.961,19	5,54%
Clube de Campo	R\$ 66.871,73	R\$ 5.572,64	2,38%
Total	R\$ 2.807.305,19	R\$ 233.942,10	100,00%

Fonte: Elaboração própria baseado no modelo desenvolvido por STORTI/AMÂNCIO (2013).

Considerando que os valores referentes ao centro de custo da Administração Geral estão distribuídos de forma indireta nos outros centros de custos, não há uma linha específica para esse centro no quadro anterior.

Tendo como base as informações disponibilizadas pela instituição para coleta e organização dos dados, foi verificado que somente os centros de custos Educação e Saúde possuem controle referente a cada aluno, dessa forma, o custo por aluno incluirá somente custos com Educação e Saúde, que foram divididos em subcategorias, conforme sintetizado abaixo.

Quadro 9 – Total de Custos por subcategoria – Educação e Saúde

SUBCATEGORIAS	EDUCAÇÃO	SAÚDE	Nº DE ALUNOS
ESTIMULAÇÃO ESSENCIAL	R\$ 398.585,27	R\$ 54.549,18	30
EDUCAÇÃO INFANTIL	R\$ 42.473,88	R\$ 9.501,03	5
ENSINO FUNDAMENTAL	R\$ 438.422,87	R\$ 100.189,40	51
EJA	R\$ 1.177.205,96	R\$ 170.370,01	129
TOTAL ANUAL APAE	R\$ 2.056.687,98	R\$ 334.609,63	215
COMUNIDADE	-	R\$ 193.601,58	-
TOTAL ANUAL	-	R\$ 528.211,21	-

Fonte: Elaboração própria baseado no modelo desenvolvido por STORTI/AMÂNCIO (2013).

Os valores representados acima são anuais, portanto, os mesmos foram divididos também por 12, para verificar os valores mensais de custos por aluno. Além dos custos totais (Custos Diretos + Custos Indiretos), são informados no quadro a seguir também os custos considerados Diretos nos departamentos de Educação e Saúde.

Quadro 10 – Custos por aluno mensal.

TOTAL MENSAL	E. ESSENCIAL	E. INFANTIL	E. FUNDAMENTAL	EJA	CUSTO MÉDIO
EDUCAÇÃO					
Por Aluno	R\$ 1.107,18	R\$ 707,90	R\$ 3.044,60	R\$ 760,47	R\$ 797,17
Custo Direto por Aluno	R\$ 840,10	R\$ 440,81	R\$ 449,29	R\$ 494,33	R\$ 530,65
SAÚDE					
Por Aluno	R\$ 151,53	R\$ 158,35	R\$ 163,71	R\$ 110,06	R\$ 129,69
Custo Direto por Aluno	R\$ 98,71	R\$ 103,15	R\$ 107,25	R\$ 72,98	R\$ 85,40
TOTAL (EDUCAÇÃO + SAÚDE)					
Por Aluno	R\$ 1.258,71	R\$ 866,25	R\$ 3.208,31	R\$ 870,53	R\$ 926,86
Custo Direto por Aluno	R\$ 938,81	R\$ 543,97	R\$ 556,54	R\$ 567,31	R\$ 616,05

Fonte: Elaboração própria baseado no modelo desenvolvido por STORTI/AMÂNCIO (2013).

Por meio desse método de apuração de custos criado por Storti e Amâncio (2014), também foi possível calcular os custos por atendimento, dividindo-se os custos totais das subcategorias do centro de custo Saúde pelo número de atendimentos realizados nas mesmas, conforme mostra os quadros seguintes.

Quadro 11 – Custos por atendimento – Total

	Nº DE ATENDIMENTOS	CUSTOS ANUAIS - SAÚDE	TOTAL ANUAL POR ATENDIMENTO
ESTIMULAÇÃO ESSENCIAL	2.549	R\$ 54.549,18	R\$ 21,40
EDUCAÇÃO INFANTIL	444	R\$ 9.501,03	R\$ 21,40
ENSINO FUNDAMENTAL	4.632	R\$ 100.189,40	R\$ 21,63
EJA	7.695	R\$ 170.370,01	R\$ 22,14
TOTAL ANUAL APAE	15.320	R\$ 334.609,63	R\$ 21,84
TOTAL ANUAL COMUNIDADE	8.525	R\$ 193.601,58	R\$ 22,71
TOTAL ANUAL	23.845	R\$ 528.211,21	R\$ 22,15

Fonte: Elaboração própria baseado no modelo desenvolvido por STORTI/AMÂNCIO (2013).

Quadro 12 – Custos Diretos por atendimento

	Nº DE ATENDIMENTOS	TOTAL CUSTO DIRETO ANUAL	TOTAL CUSTO DIRETO POR ATENDIMENTO
ESTIMULAÇÃO ESSENCIAL	2.549	R\$ 35.535,76	R\$ 13,94
EDUCAÇÃO INFANTIL	444	R\$ 6.189,16	R\$ 13,94
ENSINO FUNDAMENTAL	4.632	R\$ 65.638,53	R\$ 14,17
EJA	7.695	R\$ 112.971,71	R\$ 14,68
TOTAL ANUAL APAE	15.320	R\$ 220.335,16	R\$ 14,38
TOTAL ANUAL COMUNIDADE	8.525	R\$ 130.012,17	R\$ 15,25
TOTAL ANUAL	23.845	R\$ 350.347,33	R\$ 14,69

Fonte: Elaboração própria baseado no modelo desenvolvido por STORTI/AMÂNCIO (2013).

5.1 Análise dos Dados

Com base em França (2014), a educação especial, como política pública, implica investimento financeiro por parte do Poder Público, para garantir a sua concretização e oferecer serviços públicos voltados ao atendimento de pessoas com deficiência, TGD e altas habilidades/superdotação. Ao se analisar a coexistência da oferta pública e privada na educação brasileira, a qual, tradicionalmente, o Poder Público delega à iniciativa privada a tarefa de atender a

demanda dos diferentes níveis e modalidades de ensino, como é o caso da educação especial, percebe-se, historicamente, que a oferta de serviços sociais aos cidadãos no Brasil tem sido compartilhada com os representantes de organizações privadas, sem fins lucrativos, de caráter assistencial, como a caso da instituição pesquisada.

Para França (2014), O financiamento da educação na CF/1988 caracterizou-se pela orientação da descentralização financeira, representando o aumento da participação dos estados e municípios na arrecadação tributária e nas receitas disponíveis. O percentual de verbas vinculadas à educação atribuída à União foi elevado para “nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino” (BRASIL, 1988, art. 212).

No final da década de 90, houve preponderância de um discurso mais humanitário na política educacional, com o uso de conceitos como justiça, equidade, coesão social, inclusão, entre outros. Nesse período houve discussão do financiamento da educação e com ela a instituição do Fundef. O Fundef foi instituído pela Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996 (EC/1996), e regulamentado pela Lei nº 9.424, de 24 de dezembro desse mesmo ano. A distribuição dos recursos do Fundef era proporcional ao número de alunos nas respectivas redes de ensino fundamental. (BRASIL, 1996b). Sua normatização determinava que, no mínimo, 60% dos recursos do fundo deveriam ser aplicados ao pagamento dos professores do ensino fundamental em efetivo exercício do magistério e os 40% deveriam ser destinados na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental (BRASIL, 1996b). No tocante à educação especial, especificamente em relação aos alunos matriculados no ensino fundamental, a legislação do Fundef prescreveu a definição de um valor mínimo por aluno-ano, diferenciado do valor mínimo nacional, de acordo com o nível de ensino e o tipo de estabelecimento, que levasse em conta o custo por aluno (BRASIL, 1996b).

Segundo França (2014), no governo Lula (2003-2010);

[...] o governo federal vetou projeto aprovado pelo Congresso que incluía as instituições filantrópicas de educação especial nos recursos do Fundef e atendia a reivindicação das instituições: serem consideradas entidades públicas de educação especial. (p. 139).

Como medida paliativa, criou o *Programa de Complementação no Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiências* (Paed). Segundo a autora, esse programa tinha como finalidade garantir a universalização do atendimento educacional especializado aos “educandos portadores de deficiência” e sua progressiva inserção em classes comuns do ensino regular, por meio de assistência financeira às entidades privadas sem fins lucrativos que ofereciam serviços gratuitos na modalidade de educação especial. De acordo com Ferreira, J. (2009, p. 62) apud França (2014), o repasse anual era de

[...] R\$ 33,50 por aluno para essas instituições (em 2005, cerca de R\$ 8 milhões), independente dos apoios concedidos por estados e municípios na forma de cessão de pessoal, material didático, transporte, merenda, construções/reformas e aquisição de equipamentos.

Desse modo, por meio do Paed, as instituições privadas de educação especial garantiram participação no fundo público para manutenção e funcionamento de suas atividades, para além dos recursos que já recebiam dos estados e municípios por meio de convênios, para a oferta de serviços ao público-alvo da educação especial.

Na versão final do Fundeb, foram acrescentadas as matrículas de educação infantil e da educação especial da rede conveniada sem fins lucrativos. Com o Decreto Presidencial de nº 7.611/ 2011 (BRASIL, 2011a) que dispõe:

Art.14. Admitir-se-á, para efeito da distribuição dos recursos do FUNDEB, o cômputo das matrículas efetivadas na educação especial oferecida por instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, com atuação exclusiva na educação especial, conveniadas com o Poder Executivo competente.

§ 1º Serão consideradas, para a educação especial, as matrículas na rede regular de ensino, em classes comuns ou em classes especiais de escolas regulares, e em escolas especiais ou especializadas.

§ 2º O credenciamento perante o órgão competente do sistema de ensino, na forma do art. 10, inciso IV e parágrafo único, e art. 11, inciso IV, da Lei nº 9.394 de 1996, depende de aprovação de projeto pedagógico⁷⁵. (NR) (BRASIL, 2011a).

Nessa perspectiva, observamos que, nesse contexto de (re)definição de financiamento da educação especial, ainda se mantém a destinação de recursos públicos para instituições sem fins lucrativos que atuam exclusivamente nessa modalidade de ensino.

O Decreto nº 7.611/2011 também acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253/2007 (BRASIL, 2007c), que dispõe sobre o Fundeb, passando este a vigorar acrescido do seguinte artigo:

Art.9º- A. Para efeito da distribuição dos recursos do FUNDEB, será admitida a dupla matrícula dos estudantes da educação regular da rede pública que recebem atendimento educacional especializado.

§1º A dupla matrícula implica o cômputo do estudante tanto na educação regular da rede pública, quanto no atendimento educacional especializado.

§ 2º O atendimento educacional especializado aos estudantes da rede pública de ensino regular poderá ser oferecido pelos sistemas públicos de ensino ou por instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, com atuação exclusiva na educação especial, conveniadas com o Poder Executivo competente, sem prejuízo do disposto no art. 14. (NR)
(p.168)

Com isso, destaca-se que as matrículas das instituições do setor privado filantrópico conveniado ao poder público passaram a ser consideradas, no Fundeb, com o mesmo peso das do ensino público.

Assim em 2003, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, o termo inclusão passa a ser utilizado em itens de destaque nos Planos Plurianuais (PPA). O PPA 2004-2007 é denominado “Plano Brasil de todos: participação e inclusão” e tem como objetivo de longo prazo: inclusão social e desconcentração da renda com crescimento do produto e do emprego (BRASIL,2003). O PPA 2008-2011, “Desenvolvimento com inclusão social e educação de qualidade”, propôs dar continuidade à estratégia de desenvolvimento de longo prazo anunciada no Plano anterior (BRASIL,2007). Dentre os objetivos do Governo, o PPA 2008-2011 apresenta: propiciar o acesso da população brasileira à educação e ao conhecimento com equidade, qualidade e valorização da diversidade. A educação é apresentada como prioridade no segundo PPA do governo Lula e essa atenção é atrelada à atenção à diversidade e à inclusão social.

Ferreira e Ferreira (2004, p.24), ao analisarem as políticas de educação especial, indicam que

Em seu aspecto geral essa política mais ampla mostra certo nível de compromisso com as pessoas com deficiência; em outros momentos parece prevalecer a questão quantitativa de atendimento mais compatível com uma política de resultados para justificar compromissos governamentais no âmbito internacional.

Além dos limites presentes no aparato legal e normativo da educação especial brasileira, os resultados de pesquisas indicam a precariedade do atendimento educacional a esta população, seja em espaços regulares ou especializados (FERREIRA e FERREIRA, 2004).

Diante do exposto, é possível afirmar que o atendimento educacional para a pessoa com deficiência ainda não é uma expressão de ações públicas efetivas condizentes com os direitos assegurados a esta população (Jannuzzi e Jannuzzi, 1998), portanto é necessário que se realize investigações que priorizem a análise do atendimento educacional para o aluno com deficiência em seus aspectos quantitativos e qualitativos, com vistas a conhecer as condições de acesso, permanência e inserção em processos efetivos de escolarização desta população.

Assim, em 2011, contrariando todas as normatizações federais, é publicada a Resolução 3600/2011 (GS/SEED, 2011), que, em seu artigo 1º, autoriza a

[...] alteração na denominação das Escolas de Educação Especial para Escolas de Educação Básica, na modalidade de Educação Especial, com oferta de Educação Infantil, Ensino Fundamental – anos iniciais, Educação de Jovens e Adultos – Fase I, e Educação Profissional/Formação inicial, a partir do início do ano letivo de 2011. (GS/SEED, 2011)

Com isso, a instituição especial firma-se como um espaço escolar com seus direitos e deveres para tal intitulação. Dentre os seus deveres, pode-se exemplificar as documentações de projeto político pedagógico e planos de aulas, reprovações, avaliações; e, como direitos, os convênios, investimentos e a política pública que abarca a instituição escolar. Isso é verificado em seu artigo 2º, que autoriza a participação das instituições em todos os programas e políticas públicas da área da educação, o que garante a manutenção dos subsídios públicos para o setor privado e dos alunos com necessidades educacionais especiais em espaços segregados de ensino. Por isso, o objetivo geral da pesquisa é o de analisar a reorganização de instituições especiais paranaenses como escolas da educação básica na modalidade de educação especial, ou seja, até que ponto a alteração na denominação desses espaços modificou a sua organização estrutural pedagógica e administrativa.

Ao verificar a estrutura da instituição pesquisada, pode-se questionar até que ponto um espaço, que possui recursos próprios para se manter financeiramente, como Marcenaria, Clube de Campo e Doações da Comunidade que são conseguidas e recebidas por intermédio de um sistema de telemarketing próprio, pode ser denominado uma escola.

Em uma escola de caráter público, por exemplo, não pode haver rifas, festas ou promoções para arrecadar verba financeira tendo o intuito de promover o complemento financeiro do espaço escolar. No entanto, na instituição especial, agora chamada no estado do Paraná de Educação Básica, na modalidade de Educação Especial, é aceito essas atividades.

Além disso, a escola, junto com sua coordenação e direção pedagógica, não tem autonomia para gastar e investir com o que necessita e quer, por exemplo, com o recurso do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), pois uma parcela deve ser gasta com materiais duráveis, como os aparelhos de televisão e DVD'S, e, outra, com não duráveis, como jogos educativos e material didático. Já, nas instituições especiais, o gasto desse recurso é livre, ou seja, a administração da instituição tem liberdade em analisar e escolher a melhor forma de se gastar e com o que se gastar.

Outra diferenciação que se dá entre esses dois espaços em relação aos recursos financeiros e convênios é a quantia, pois, em uma escola, os recursos são distribuídos de acordo com a nota em que é tirada no IDEB, que é adquirida por meio da Provinha Brasil; já, na instituição, essa quantia é fixa, assim não há uma variação do valor dos recursos recebidos, pois não há avaliação qualitativa do trabalho ofertado.

Em uma escola, é necessário se ter uma organização e estrutura, como o projeto político pedagógico, contendo objetivos de formação do sujeito para a sociedade, filosofia e proposta pedagógica, e estratégias metodológicas e avaliativas.

Com a reestruturação e a nova denominação, tais instituições necessitaram adequar-se a essa estrutura organizacional e, com isso, agora possui um projeto político pedagógico adequado a sua realidade, sistema de série, isto é, o aluno passa ou não de ano, avaliação, plano de aula, disciplinas, como arte e educação física, calendário escolar com os dias letivos, dentre outras atividades.

Entretanto, verifica-se que nas escolas há uma cobrança em se trabalhar com projetos educacionais, com a interdisciplinaridade, e alguns temas geradores durante o ano letivo, como semana do abuso sexual e Cultura Africana em que não é tão cobrado para tais instituições, que agora são tratadas também como escola.

Há também a cobrança do preenchimento do Censo Escolar, já que agora as instituições especiais são classificadas atribuídas como escola, entretanto, verificou-se que, na instituição pesquisada, dos 215 alunos existentes, menos de 200 são lançados no Censo Escolar.

Além da preocupação com essa nova terminologia atribuída às instituições, a atual pesquisa inquieta-se com a realidade da educação especial no estado do Paraná, na qual se verifica a simbiose entre o público e o privado, acarretando uma hegemonia das instituições especiais com caráter filantrópico.

Arelaro (2007), ao analisar a política pública da educação especial com a parceria entre o público e privado na área, verifica que como consequência

O Estado buscará “parceiros” para dividir sua responsabilidade educacional, tanto com relação ao atendimento da demanda e da oferta, em especial, por meio do estabelecimento de contratos com creches comunitárias, convênios para o atendimento em educação especial, ou mesmo para o funcionamento de classes de educação de jovens e adultos em associações filantrópicas ou comunitárias, quanto com relação à qualidade, com contratos e convênios com escolas e sistemas privados de ensino para “transferência” sumária de métodos e técnicas de ensino e de compra de materiais “unificados” e adequados para o “sucesso” nas provas ou exames nacionais reservando-se ao Estado a função exclusiva de definir o “produto esperado” (educação para a cidadania?) e os mecanismos de aferição da qualidade do “produto efetivamente produzido” (aluno “civilizado” e “cidadão”) (ARELARO, 2007, p.917).

Verifica-se a relação entre o público e privado nos dados de receita da instituição pesquisada, que apresenta em seu custo uma representatividade de 63,11% vindos da esfera estadual (educação) e 23,38% da esfera federal (saúde e assistencial social). Ou seja, quase 84% do custeio de uma instituição especial no estado do Paraná é proveniente do poder público, o que descaracteriza toda a percepção que a sociedade e o senso comum têm sobre esses espaços, já que é exposto e transmitido tanto pela mídia, como pela própria política, que esses espaços são sustentados por recursos próprios e, por isso, necessita de doações.

Essa informação traz a necessidade de refletir sobre a situação da atuação do Estado frente ao desenvolvimento da educação especial como uma omissão, pois o mesmo é responsável por quase 85% do investimento e custeio de uma instituição especial. Como visto na apresentação dos dados, o custo dos salários dos professores, merenda dos alunos, salário dos funcionários da clínica, transporte é por meio da esfera pública. Assim, pode-se pensar não em uma omissão, mas em uma estrutura, formato e organização de educação especial que se fundamenta na caridade e filantropia, como é o que ocorre com essa modalidade de ensino no estado do Paraná.

Outra inquietação que esse dado nos promove é que uma escola não possui recursos de convênios da área da saúde, como ocorre com a instituição especial. Como visto na apresentação dos dados, essa esfera possui quase 24% do custo da instituição, isso representa para tal local um orçamento de R\$ 624.407,06 (Seiscentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e sete reais, seis centavos) anual, neste caso, referente ao ano de 2013, sendo que desse total 14,14% são referentes ao recebimento por credenciamento do SUS que é um valor recebido por convênio por atendimento feito pela instituição. Assim, até que ponto tais espaços podem ser considerados como uma escola, (após essa nova reestruturação e reorganização ocorrida no estado do Paraná), pois em uma escola além de não ter convênios com a área da saúde, não há funcionários, como dentista, fisioterapeuta, clínico geral e outros.

Além disso, pode-se analisar também que uma escola não possui transporte particular, como há na instituição que possui dois micro-ônibus, pois muitas vezes uma instituição escolar necessita de pedir autorização e consentimento de orçamento para transporte ao desenvolver uma atividade extra-sala que, muitas vezes, pode ser negado por não ter cota financeira para tal função. Já, na instituição especial, esses dois micro-ônibus ficam à disposição da instituição e são usados todos os dias para levar e buscar os alunos em seus respectivos domicílios.

Observando os dados de custo da instituição pesquisada, percebe-se que o valor do aluno na etapa de educação infantil é maior, entretanto a etapa que possui o maior custo é o da EJA, talvez pelo fato de ser a etapa que mais possui alunos na instituição pesquisada. E, em relação aos convênios, a maioria vieram de convênios relacionados ao setor da educação.

Com isso, pautando-se nos dados da pesquisa, percebe-se a hegemonia das instituições especiais em relação ao desenvolvimento da educação especial no estado do Paraná é a forte relação que há entre o público e privado.

Leher (2003) refere-se que, para ampliar os direitos civis (esfera pública), é preciso distinguir, na sociedade civil, os interesses das classes, já que os dominantes tentam ocultar o fato de que os organismos privados podem expressar interesses particularistas. O mesmo acredita que o Estado enreda, controla, regula, supervisiona e mantém sob tutela a sociedade civil, desde suas manifestações de existência, as mais vastas, até seus movimentos mais insignificantes, desde seus modos de existência mais gerais até a vida privada dos indivíduos, e conclui que somente os interessados no fim das classes e que, portanto, têm como objetivo a extinção do Estado capitalista podem criar um “Estado ético” ou um “organismo social unitário técnico-moral”, no sentido gramsciano do termo. Entretanto, somente os movimentos sociais autônomos em relação aos governos, credos e seitas religiosas podem operar as contradições Estado-público-privado e conduzi-las de modo a fazer com que o Estado seja, de fato, uma esfera pública. (p.226)

Assim, conclui-se que uma instituição especial, principalmente no estado do Paraná, devido a sua política pública particularista, dificilmente será um movimento autônomo, pois, como visto pelos dados dessa pesquisa, a instituição especial é totalmente dependente da esfera pública.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como dito anteriormente, a década de 90 foi um período de reflexão por parte das políticas públicas sobre a educação brasileira, englobando preocupação, por exemplo, em relação ao seu financiamento em suas diferentes modalidades, como o da educação especial. Preocupações essas que fazem parte dos objetivos da presente pesquisa.

Esse período foi marcado por mudanças nas políticas educacionais, como a aprovação da LDB/1996, e na organização do financiamento da educação, com a implantação de fundos específicos voltados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino.

Para França (2014), com a LDB/1996, é reafirmado o compromisso em oferecer a modalidade de educação especial a partir do apoio técnico e financeiro às instituições privadas sem fins lucrativos, ressaltando a relação contraditória entre Poder Público e privado na história da educação especial, na política educacional e no financiamento público. Mas, ao mesmo tempo, o Estado assegura a ampliação do atendimento na rede regular de ensino, em classe comum, independentemente do apoio às instituições privadas, um compromisso inédito no âmbito da lei nacional brasileira sobre educação.

Neste mesmo período é discutido também o financiamento da educação brasileira e, com isso, também o da educação especial, como mencionado no capítulo da análise dos dados.

Com o desenvolvimento da pesquisa, percebeu-se que mesmo tal instituição tendo o caráter filantrópico e assistencial é mantida quase integralmente com recursos públicos e não por doações ou recursos próprios como a maioria da sociedade acredita.

A instituição pesquisada é mantida por diferentes convênios vindos de diferentes esferas políticas, seja ela municipal ou estadual. Entretanto, mesmo com tal característica é chamada de escola. Para a presente pesquisa tal instituição não pode ser caracterizada como escola, pois uma escola de ensino regular não é mantida com recursos vindos da área da saúde, de recursos próprios e, nem possui autonomia para gastar com o que quer e o quanto quer, como ocorre em tal instituição.

Conclui-se que a instituição especial é hegemônica no processo de desenvolvimento da educação especial no estado do Paraná e, por possuir um forte vínculo com a esfera pública, provavelmente nunca chegará a se desenvolver como um movimento social autônomo.

REFERÊNCIAS

- ARELARO, Lisete R.G. **Formulação e implementação das políticas públicas em educação e as parcerias público-privadas: Impasse democrático ou mistificação política?** Rev. Educação e Sociedade, Campinas, 2007.
- BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Resolução n.4, de 02 de outubro de 2009. Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Censo Escolar da Educação Básica – 2006.
- GENTILI, Pablo. **Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora.** IN _____ Educação e Crise do Trabalho: Perspectivas de Final de Século. Petrópolis: Vozes, 1998
- CURY, Carlos R. Jamil. Educação e Contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. São Paulo: Cortez, 2000.
- FERREIRA, Maria Cecília Carareto Ferreira e FERREIRA, Julio Romero. **Sobre inclusão, políticas públicas e práticas pedagógicas.** In: Góes, M. C. R. e Laplane, A. L. F. Políticas e práticas de educação inclusiva. 2 ed. Campinas: Autores Associados, pp. 21-48, 2004
- FRANÇA, Marileide Gonçalves. **Financiamento da educação especial: complexas tramas, permanentes contradições e novos desafios.** São Paulo: s.n., 2014.
- JANUZZI, G. S. M.; JANUZZI, N. **Incidência de deficientes no Brasil segundo o Censo Demográfico de 1991: resultados empíricos e implicações para políticas.** In: *Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP.* Caxambu, ABEP, 1998.
- JANUZZI, Gilberta. **Algumas concepções de educação do deficiente.** Revista Brasileira de Ciências e do Esporte, Campinas, V. 25. N. 3. 2004.
- JANNUZZI, Gilberta de Martino; CAIADO, Katia R. Moreno. **APAE: 1954 a 2011 algumas reflexões.** Campinas: Autores Associados, 2013.
- LEHER, Roberto. **Reforma do Estado: O privado contra o público.** Trabalho, Educação e Saúde, 2003.
- KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. **Deficiência múltipla e educação no Brasil: discurso e silêncio na história de sujeitos.** Campinas: Autores Associados, 1999.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. **Percursos da Constituição de uma Política Brasileira de Educação Especial Inclusiva**. Marília: Rev. Bras. Ed. Esp. 2011.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães; MELETTI, Silvia Márcia Ferreira. **Análises de Possíveis Impactos do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade**. Ciências Humanas e Sociais em Revista. Rio de Janeiro, EDUR, v. 34, n. 12, jan / jun, p. 49-63, 2012.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Educação Básica: Gestão do trabalho e da pobreza**. Petrópolis: Vozes, 2000.

PARANÁ, Lei 17.656 que institui o Programa Estadual Permanente às Entidades Mantenedoras de Escolas que ofertam Educação Básica na Modalidade Educação Especial, denominado Todos Iguais pela Educação. 2013.

RAFANTE, Heulália C. **Helena Antipoff e o ensino da capital mineira. A fazenda do Rosário e a educação pelo trabalho dos meninos “Excepcionais” de 1940 a 1948**. Disponível em:

http://www.bdt.d.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado/tde_arquivos/8/TDE-2006-10-30T145414Z-1231/Publico/1178.pdf. Acesso: 20/07/13.

SANT'ANNA, Ronaldo; NEVES, Lúcia M. W. **Introdução: Gramsci, o Estado educador e a nova pedagogia da hegemonia**. In: A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

SUED/SEED. Resolução 3.600/2011. Autoriza a alteração na denominação das Escolas de Educação Especial para Escolas de Educação Básica, na modalidade de Educação Especial. 2011.

SAVIANI, Dermeval. **Educação brasileira: Estrutura e sistema**. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

STORTI-PEREIRA, R.; AMÂNCIO-VIEIRA, S. F.; NEGREIROS, L. F. **Metodologia de Apuração de Custos em Instituições de Educação Especial: Um Estudo de Caso na Apae de Ibiporã/Pr**. In: AMÂNCIO-VIEIRA, S. F.; ROSA, L. A.; SALLES, F. C. A EDUCAÇÃO PARANAENSE E SEUS DIFERENTES CONTEXTOS. Londrina, 2014. (PRELO)

VASQUES, C.K. **Alice na biblioteca mágica: uma leitura sobre o diagnóstico e a escolarização de crianças com autismo e psicose infantil**. Tese de Doutorado do

Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS, 2008.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011.